

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

CAMILA TENÓRIO RODRIGUES

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: desafios e oportunidades a luz do
feminismo e da igualdade de gênero

Recife

2023

CAMILA TENÓRIO RODRIGUES

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: desafios e oportunidades a luz do
feminismo e da igualdade de gênero

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade Damas da Instrução Cristã, como
requisito parcial para obtenção ao título de
Bacharel em Administração, sob orientação do
Professora Ma. Andréa Karla Travassos de
Lima.

Recife

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

R696m Rodrigues, Camila Tenório.
Mulheres no mercado de trabalho: desafios e oportunidades a luz do feminismo e da igualdade de gênero / Camila Tenório Rodrigues. - Recife, 2023.
87 f. .: il. color.

Orientador: Prof.^a Ma. Andréa Karla Travassos de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Administração) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Feminismo. 2. Igualdade de gênero. 3. Mulher no mercado de trabalho. I. Lima, Andréa Karla Travassos de. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

658 CDU (22. ed.) FADIC(2023.1-004)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

CAMILA TENÓRIO RODRIGUES

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: desafios e oportunidades à luz do
feminismo e da luta de gênero

Defesa Pública em Recife, __ de ____ de 20 __.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professora Ma. Andréa Karla Travassos de Lima

Professor Convidado:

Professor Convidado:

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao meu pai e amigo Carlos Alberto que desde sempre me incentivou a ser uma mulher independente.

A minha avó Giselda Tenório que sempre foi uma mulher forte e me apoiou em todos os meus estudos e vibrou junto comigo pelas minhas conquistas.

A todos que me apoiaram na minha trajetória até o momento.

E a todas as mulheres que historicamente lutaram pela igualdade.

Um enorme obrigada.

RESUMO

This study aimed to analyze how gender inequality and discrimination affect women's careers in the labor market. Feminism has been an important ally in the fight against gender inequality, as women still face major barriers to position themselves in society in general, including in the job market. In the Brazilian context, a conservative feminism with a predominant political path stands out. As a result, the view of women is multifaceted, involving challenges, achievements and perspectives for change. The study was qualitative. A field research was carried out, supported by a documentary research, aligned with semi-structured interviews with women in a Handicraft Fair in a municipality in the interior of Pernambuco. The statements of the women interviewed reflect the historical trajectory of the movement in the country and draw attention to gender discrimination which, despite historical achievements, is still very present in Brazil. The results show challenges such as: the need to continue promoting gender equality to combat wage disparities and discriminatory practices present in the labor market and the impasses, including within the family, to undertake.

Keywords: feminism; gender equality; woman in the labor market.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how gender inequality and discrimination affect women's careers in the labor market. For this, Feminism is an important ally in the fight against gender inequality, as women still face major barriers. In the Brazilian context, a conservative feminism with a predominant political path stands out, with this, the woman's view is multifaceted, involving challenges, achievements and perspectives for change. The study has a qualitative character, in which a field research was carried out supported by a documentary research, aligned with semi-structured interviews with women in a Handicraft Fair in a municipality in the interior of Pernambuco. The women's responses reflect the historical trajectory of the movement in the country and draw attention to gender discrimination that, despite historical achievements, is still latent in Brazil. The results show challenges such as the need to continue promoting gender equality to combat wage disparities and discriminatory practices of the proletariat.

Keywords: feminism; gender equality; woman; job market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ilustração alusiva à Marcha sobre Versalhes	18
Figura 2 – Código Civil Napoleônico promulgado em 1804.....	33
Figura 3 – Declaração dos Sentimentos.....	35
Quadro 1 – Ano da Conquista do Direito ao Voto em Países.....	28
Figura 4 – Queima dos Sutiãs em 1968.....	36
Figura 5 - I Conferência Mundial da Mulher.....	49
Quadro 2 - Perfil das entrevistadas	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AWSA – Associação Americana Pró-Sufrágio das Mulheres

CAGED - Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CCM - Conselho da Condição da Mulher

CDMB - Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira

CNM - Conselho Nacional da Mulher

FBPF - Federação Brasileira para o Progresso Feminino

FMB - Federação de Mulheres do Brasil

GLAM - Grupo Latino-Americano de Mulheres

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NOW – Organização Nacional para as Mulheres

NWSA – Associação Nacional pelo Sufrágio da Mulher

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

WSP – *Women, Peace and Security Index*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Justificativa	10
1.2	Objetivos	11
1.2.1	Objetivo geral	11
1.2.2	Objetivos específicos	11
1.3	Estrutura do trabalho	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	O movimento feminista e a luta por direitos iguais	13
2.1.1	Feminismo: primeira onda	21
2.1.2	Feminismo: segunda onda	26
2.1.3	Luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres.....	29
2.1.4	Mulheres no mercado de trabalho.....	39
2.1.5	Feminismo no Brasil.....	53
3	MÉTODO	71
4	RESULTADOS E ANÁLISE	73
4.1	Descrição da feira de artesanato.....	73
4.2	Perfil das mulheres participantes da pesquisa.....	73
4.3	Igualdade e resistência: mulheres no mercado do artesanato e as lutas cotidianas.....	74
4.4	Desafios para o feminismo na igualdade de gênero.....	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE A - GUIA DE ENTREVISTA	87

1 INTRODUÇÃO

No mundo todo, em um amplo contexto histórico, as mulheres sempre ficaram alocadas no banco reserva de todos os campos da sociedade. Ao longo do século muita coisa foi mudando, as mulheres assumiram a luta da igualdade de gênero, foram se tornando atletas brilhantes na conquista de espaços congêneres e assim nasceu, o feminismo (ADICHIE, 2014).

Mediante esse contexto de luta por igualdade, no Brasil, os direitos das mulheres foram sendo conquistados ao longo de mais de cem anos. A prova disso é que somente após a promulgação da Constituição Federal de 1946 as mulheres brasileiras voltaram a ter direito ao voto. Esse foi um importante avanço na luta pela igualdade de gênero no país, mas ainda há muito a ser feito para garantir que as mulheres tenham acesso pleno e igualitário aos seus direitos (BRASIL, 1946).

A desigualdade de gênero é uma realidade em muitos aspectos da vida das mulheres, mesmo em pleno século XXI. Dados de 2022 indicam que as mulheres ainda enfrentam desafios significativos em termos de igualdade de gênero. Um desses desafios é a desigualdade salarial. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em março de 2022, as mulheres brasileiras ainda ganham, em média, 15,6% menos do que os homens (IBGE,2022).

A priori, a violência contra as mulheres doméstica é um dos maiores problemas enfrentado pelas mulheres brasileiras. Segundo dados do Atlas da Violência 2022, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 foram registrados 13 feminicídios por dia no Brasil. Uma média de 4.762 casos no ano. Esses números alarmantes evidenciam a urgência de políticas públicas efetivas de combate à violência contra as mulheres, além de reforçar a importância de se promover a igualdade de gênero em todos os âmbitos da sociedade (IPEA, 2020).

Trazendo esse contexto para a luta de classes, é possível compreender a dinâmica dos seres que fazem sua corporificação por meio de elementos como sexo, cor e etnia. A partir disso, é notório que assim como a luta, a classe trabalhadora é heterogênea e desigual. Já as relações de classe são conduzidas pela dinâmica de autoridade e subjugação entre o gênero masculino e o gênero feminino (CISNE, 2018).

Ao passo que o capitalismo “[...] utiliza uma estratégia de *‘dividir para reinar’*”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de

'raça', de gênero e das práticas sociais", ou seja, para esse âmbito as características físicas pessoais importam e fazem diferença para o grau de exploração e valorização da mão de obra no mercado de trabalho (SOUZA-LOBO, 2021, p.173, grifos do autor).

O fenômeno histórico da luta por igualdade de gênero é atravessado pelas relações de classes onde o masculino possui dominação frente ao feminino. Tal dinâmica se aplica ao conceito de que as classes sociais têm dois sexos e são pensadas a partir do ponto de vista da articulação entre os gêneros (SOUZA-LOBO, 2021). Diferentemente disso, como pode-se justificar o porquê de as mulheres representarem 45% da força de trabalho enquanto 55% é masculina? (IBGE, 2019).

É necessário investigar, portanto, as razões que levam as mulheres a sofrerem uma exploração mais acentuada que os homens da classe operária e até que ponto isso acolhe os interesses dos dominantes. É com essa intenção que Simone Beauvoir (1980, p.167) diz que "o problema da mulher sempre foi um problema dos homens".

Assim, é diante desse cenário, que se apresenta a pergunta de pesquisa que orientou este Trabalho de Conclusão de Curso: Como a desigualdade de gênero afeta o dia a dia das mulheres no mercado de trabalho?

Para tanto, será estudada a trajetória histórica da mulher no mercado e como essa evolução continua a afetar a entrada das mulheres nesse contexto, compreendendo que é pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separa do homem. Somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta, como destaca Beauvoir (1980). Também será realizada uma pesquisa de campo, com mulheres artesãs de uma cidade do interior de Pernambuco.

1.1 Justificativa

Estudar a dinâmica da desigualdade de gênero e as causas que motivam a luta feminina por direitos iguais é relevante para compreender o impacto dessas no mercado de trabalho e a na performance da mulher trabalhadora. Considerando que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua no ano de 2022, a quantidade de mulheres no Brasil é superior à quantidade de homens, sobrepondo 2,2 pontos percentuais. É fundamental que se tenha um olhar mais inclusivo para a mulher no mercado de trabalho, visto que em números, elas são a maioria no Brasil (PNAD, 2022).

Por sua vez, a temática da desigualdade de gênero apesar de conquistas históricas continua sendo atual e ainda tem muitas conquistas a serem alcançadas, como por exemplo, a igualdade salarial. Em 1949, Simone Beauvoir disse que "Não se pode ser mulher e não se

revoltar contra a condição em que as mulheres são mantidas.” Ou seja, é necessário estudar a condição patriarcal que a mulher é inserida na sociedade (BEAUVOIR, 1980, p. 126).

Além disso, este Trabalho de Conclusão de Curso estudou a perspectiva da mulher. Mirra Cisne (2018) chama atenção para o fato de que a luta feminista não é contra os homens, é contra um sistema opressor que nos desvaloriza e nos mata todos os dias.

1.2 Objetivos

Esta seção apresenta o objetivo geral do estudo e os objetivos específicos, que contribuirão para o alcance desse objetivo geral.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar como a desigualdade de gênero e a discriminação afetam a carreira das mulheres no mercado de trabalho

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste Trabalho de Conclusão de Curso são:

- a) Caracterizar o feminismo como movimento no mundo e no Brasil
- b) Analisar como se deram as conquistas que foram alcançadas através da luta pela igualdade de gênero.
- c) Analisar a visão das mulheres sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho.
- d)

3 Estrutura do trabalho

A estrutura deste trabalho apresenta cinco capítulos. O primeiro capítulo traz a introdução, a justificativa da escolha do tema estudado, a problemática, o embasamento que fundamenta o estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos

O segundo capítulo, o referencial teórico, traz uma abordagem histórica sobre o movimento feminista, onde é apresentado como se deu o nascimento do movimento.

Identifica-se também as conquistas que foram oriundas do movimento, a participação da mulher no mercado de trabalho e as problemáticas enfrentadas.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Os casos estudados, a apresentação dos resultados e a análise são expostos no quarto capítulo.

Por fim, no quinto capítulo estão as considerações finais, onde a autora destaca os principais resultados da pesquisa, sinalizando as possibilidades de futuros estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresentará um panorama histórico sobre o nascimento do movimento feminista e como o movimento foi importante para as mulheres na luta por direitos iguais.

2.1 O Movimento feminista e a luta por direitos iguais

Durante a Idade Média (500 a 1500 d.C), as mulheres foram ignoradas e sua presença na história é pouco registrada pois tinham um papel definido na sociedade, com pouco acesso à educação formal e com nenhum encorajamento à carreira profissional. Os vestígios de sua existência só começaram a aparecer no século XVIII. Para muitas mulheres da época, a vida era marcada por uma sequência ininterrupta de partos, mesmo aquelas que levavam uma vida considerada promíscua, acabavam tendo muitos filhos (MILLETT, 1970).

A maioria das mulheres da época trabalhava em casa, cuidando da família e das tarefas domésticas. Ainda que algumas mulheres trabalhassem fora de casa fazendo atividades como costura, tecelagem e outras tarefas manuais, poucas mulheres tinham acesso à educação formal e eram desencorajadas a ter carreiras profissionais. Em alguns momentos, a humanidade sentiu a necessidade de reduzir a população, mas as nações temiam se enfraquecer e, em épocas de crise e miséria, a idade de casamento era retardada para os solteiros a fim de diminuir o índice de nascimentos. A norma predominante era se casar cedo e ter o maior número possível de filhos, sem levar em conta as capacidades ou desejos da mulher (LORDE, 1984).

A alta taxa de mortalidade infantil era a única razão que diminuía o número de crianças vivas (BEAUVOIR, 1949). Trazendo esse contexto para atualidade, a autora e feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie pontuou para revista Elle em 2017, que as mulheres são sempre julgadas por suas vontades e escolhas, se elas escolhem não ter filhos, são egoístas, se querem ter filhos, são incapazes de fazer outras coisas ou seja, a sociedade está sempre criando armadilhas para as mulheres (ELLE, 2017).

Um fato é que por muitos séculos, o destino das mulheres era decidido pelos homens. Dessa forma, a conquista dos direitos civis, sociais e políticos pelas mulheres, que por tanto tempo foram negados, é resultado direto de movimentos e fenômenos sociais que provocaram um profundo impacto na sociedade. Foi somente durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que as mulheres deixaram de exercer apenas o papel de mãe e esposa, que havia sido designado a elas até então (PERROT, 2007).

Nos países mais afetados pelo conflito, as mulheres foram convocadas a assumir os postos de trabalho dos homens que foram para a guerra. A Primeira Guerra Mundial foi um ponto de virada para as mulheres, que conseguiram mostrar que eram capazes de fazer trabalhos considerados exclusivos dos homens (BRITAIN, 1933). Com o impacto das guerras, os discursos que privaram as mulheres da igualdade de direitos e restringiram seu espaço na sociedade foram desacreditados. Porém, no século XIX, a questão do feminismo voltou a ser alvo de discussões acaloradas entre grupos distintos (GARCIA, 2011).

Com isso, a Revolução Industrial trouxe consigo a participação feminina no trabalho produtivo, o que impulsionou as demandas feministas para além do campo teórico e as fundamentou em bases econômicas sólidas. Os opositores das reivindicações feministas tornaram-se mais agressivos, ainda que a propriedade privada, principal interesse da burguesia, já estivesse parcialmente abalada pela imposição feminina de conquistar o direito de possuir propriedades (MILLETT, 1970).

A velha moral, que defendia a família como garantia da propriedade privada, foi reforçada pela burguesia, que exigia a presença feminina no lar como forma de frear a emancipação feminina, vista como uma verdadeira ameaça. Mesmo dentro da classe operária, os homens tentaram frear a libertação feminina, pois viam as mulheres como perigosas concorrentes, acostumadas a trabalhar por salários mais baixos (BEAUVOIR, 1949).

Um exemplo disso é um artigo do jornal britânico *The Times*, publicado em 1917, que afirmava que as mulheres estavam ingressando em campos de trabalho tradicionalmente dominados por homens e estavam mostrando habilidades surpreendentes. O jornal também destacava a importância da contribuição feminina para o esforço de guerra, pontuando que o sucesso da guerra estava sendo significativamente influenciado pela participação das mulheres, tanto nos afazeres domésticos quanto em atividades operacionais (THE TIMES, 1917)

Outro exemplo é um trecho do jornal francês *Le Figaro*, também de 1917, que trazia uma visão otimista sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho frisando que as mulheres cada vez mais, as mulheres estavam comprovando sua capacidade de desempenhar qualquer tarefa, desde a gestão de empresas até a operação de máquinas pesadas, se tornando peças valiosas para a indústria (LE FIGARO, 1917)

No entanto, nem todas as opiniões eram positivas. Em um editorial do jornal americano *The New York Times*, de 1918, o autor expressou preocupações sobre o futuro das mulheres no mercado de trabalho após o fim da guerra, conduzindo uma orientação para que as mulheres abandonassem seus postos de trabalho e voltassem aos seus papéis domésticos e

maternos pois caso contrário, isso iria implicar no seu status e/ou posição na sociedade (THE NEW YORK TIMES, 1918).

Com base nisso, em um dos seus célebres livros, o Segundo Sexo, Simone Beauvoir (1949, p.172) conclui que:

[...] os antifeministas extraem da história dois argumentos contraditórios: 1º) as mulheres jamais criaram algo de grande; 2º) a situação da mulher jamais impediu o aparecimento de grandes possibilidades femininas. Tais afirmações são eivadas de má-fé; os êxitos de algumas privilegiadas não compensam nem desculpam o rebaixamento sistemático do nível coletivo; e o fato de serem esses êxitos raros e limitados prova precisamente que as circunstâncias lhes são desfavoráveis.

Ou seja, esses argumentos antifeministas são contraditórios e baseados em uma interpretação seletiva e tendenciosa da história. É verdade que as mulheres foram sistematicamente oprimidas e reprimidas ao longo da história, o que certamente limitou suas oportunidades e realização de seu potencial. Todavia, isso não significa que as mulheres não tenham contribuído com grandes realizações em todas as áreas da vida (BEAUVOIR, 1980).

A verdade é que as mulheres foram frequentemente marginalizadas e excluídas de muitas áreas da sociedade, como a educação, a política e as profissões, o que restringiu seu acesso a recursos e oportunidades. Mesmo assim, muitas mulheres notáveis conseguiram superar essas barreiras e fazer contribuições significativas para a humanidade (WEISS, 1930).

Ainda que isso tenha acontecido, é importante lembrar que essas mulheres notáveis são a exceção, não a regra. A grande maioria das mulheres, especialmente aquelas que viveram em períodos históricos anteriores, enfrentou enormes obstáculos em suas vidas diárias, incluindo a falta de acesso à educação, empregos decentes e direitos básicos (FRIEDAN, 1971).

Portanto, é injusto e enganoso usar o sucesso individual de algumas mulheres notáveis como prova de que as mulheres não enfrentaram desvantagens sistêmicas e opressão histórica. Em vez disso, deve-se reconhecer o papel que o sexismo e o patriarcado desempenharam na limitação do potencial feminino e trabalhar para criar uma sociedade mais igualitária e justa para todas as pessoas (CISNE, 2011).

Apesar das diversas dificuldades, as mulheres perseveraram e continuaram a trabalhar e a provar sua competência e habilidade. Muitas delas buscaram manter suas posições de trabalho mesmo após o fim da guerra, pois enxergaram nesse cenário uma oportunidade para se afirmarem como membros produtivos da sociedade e conquistar mais direitos e igualdade de oportunidades. Karl Marx, em 1852, escreveu que:

Os homens [e as mulheres] fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. [...]Essas circunstâncias são, porém, modificadas, em sua vez, pela ação e pela reação dos homens; e o próprio resultado é igualmente que os homens [e as mulheres] modificam a si mesmos. As circunstâncias fazem os homens [e as mulheres] tanto quanto os homens fazem as circunstâncias (Marx e Engels, 2009, p.59, inserções dos autores)

Poder-se-ia imaginar que a Revolução Francesa transformaria o destino feminino. Não foi o que aconteceu. “A revolução burguesa mostrou-se respeitosa das instituições e dos valores burgueses; foi feita quase exclusivamente pelos homens” (BEAUVOIR, 2011, p. 141). Embora essa revolução tenha trazido mudanças significativas para a sociedade, como a queda da monarquia absoluta e a ascensão da classe burguesa, a igualdade de gênero não era uma prioridade para muitos dos líderes revolucionários. O filósofo francês Michel Foucault, em 1966, destaca que:

[...] No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apegar-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos (e BEAUVOIR, 2011, p. 17)

Assim, a emergência do feminismo no século XIX pode ser entendida como uma resposta ao papel limitado que as mulheres ocupavam na sociedade da época. Naquele momento, as mulheres eram excluídas da maioria das atividades públicas e políticas e eram consideradas inferiores aos homens em termos de capacidade intelectual e moral. Com isso, as mulheres começaram a se organizar em grupos para lutar pela igualdade de direitos, acesso à educação e ao mercado de trabalho, e pelo direito ao voto (MILLETT, 1970).

Historicamente, a Revolução Francesa (1789–1799) representou um marco muito importante para o feminismo, pois foi precursora de um período de mudanças políticas e sociais. O país estava em crise econômica e social, com uma enorme dívida pública e altos impostos que pesavam sobre a população, especialmente sobre os camponeses e trabalhadores urbanos (MILLETT, 1970).

A Revolução foi desencadeada pela convocação dos Estados Gerais promovida pelo monarca da época, o rei Luís XVI em 1789. Os Estados Gerais eram uma assembleia composta por representantes dos três Estados - a burguesia, os camponeses e os trabalhadores urbanos - que se reuniam para discutir questões políticas e econômicas. No entanto, o Terceiro Estado, representado pelos trabalhadores urbanos, sentia-se excluído do processo decisório e reivindicava mais poder e representatividade (FALCETTI,2017).

As ideias de liberdade, igualdade e fraternidade oriundas da Revolução Francesa inspiraram muitas mulheres a lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda que não tivessem o direito de votar ou ocupar cargos políticos, as mulheres participaram ativamente dos protestos e manifestações, lutando por melhores condições de vida e trabalho, e reivindicando a igualdade de direitos civis e políticos e suas ideias e reivindicações ecoaram por muitos anos (COGGIOLA, 2013).

A partir da convocação dos Estados Gerais de 1789, as mulheres francesas tiveram a oportunidade de registrar suas reivindicações nos cadernos de queixas, ferramenta extremamente importante ao longo da Revolução Francesa para a participação popular na política. Eram nesses cadernos que as pessoas podiam escrever suas reclamações e reivindicações em relação a diversos aspectos da vida política, social e econômica do país (CALDEIRA,2009).

Esses cadernos eram utilizados pelos representantes do Terceiro Estado para registrar as demandas da população e pressionar pela escolha dos deputados que iriam definir os rumos da nação. As mulheres também organizaram clubes políticos e sociedades femininas, como o Clube das *Cordeliers* e a Sociedade Republicana das Mulheres Revolucionárias, que se reuniam para discutir política e influenciar as decisões do governo revolucionário (ALBERT, 2019).

Essa união feminina culminou na Marcha sobre Versalhes, que também ficou conhecida como Marcha das Mulheres a Versalhes, no dia 5 de outubro de 1789. Este foi um evento extremamente significativo para a Revolução Francesa, o objetivo era protestar contra a escassez e altos preços do pão, pressionar o rei Luís XVI a tomar medidas para solucionar a crise econômica e atender às demandas do povo (COGGIOLA, 2013).

Com a adesão de homens e mulheres, a marcha ganhou força e acabou com a invasão do Palácio de Versalhes, em 6 de outubro de 1789. A Marcha conseguiu mostrar que o poder do povo poderia ser maior do que o poder do monarca e resultou no primeiro prenúncio da queda da monarquia e do estabelecimento da Primeira República Francesa, como pode ser visto na Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Ilustração alusiva à Marcha sobre Versalhes



Fonte: Diário de Pernambuco, 2016

Durante a Revolução, Olympe de Gouges foi uma das primeiras feministas conhecidas, em 1791 ela escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, na qual reivindicava a igualdade entre homens e mulheres perante a lei, bem como o direito das mulheres à educação, à participação política e ao divórcio. Entretanto, a luta feminina ainda foi desconsiderada pela Revolução, que manteve as mulheres em uma posição secundária e subordinada em relação aos homens (GOUGES, 1791).

Ainda que na “Era das Revoluções”, tenham existido movimentos feministas em busca de igualdade, a primeira aparição da palavra “feminismo” foi apenas em 1808, no livro *Teoria dos Quatro Movimentos e das Destinações Gerais* do filósofo e socialista utópico francês Charles Fourier (1772-1837). Este filósofo ficou conhecido por seu sistema econômico e social baseado em ideias de harmonia e igualdade e por ser um importante defensor dos direitos das mulheres (BARROS, 2016).

Apesar de ter vivido em uma época em que as mulheres eram amplamente subjugadas e ignoradas na sociedade, Fourier acreditava que a igualdade de gênero era essencial para uma sociedade justa e harmoniosa. Fourier defendia que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos que os homens, incluindo o direito à educação, trabalho remunerado e participação política. Sua visão de uma sociedade harmoniosa e igualitária incluía a igualdade de gênero, e seu papel na criação do termo "feminismo" o tornou uma figura importante na história desse movimento (FOURIER, 1808, apud ROCHA, 2013)

Ainda que a palavra “feminismo” tenha aparecido em 1808, seu uso generalizado só ocorreu no final do século XIX. De acordo com o *Oxford English Dictionary*, a palavra "feminista" apareceu pela primeira vez em um artigo do jornal britânico *The Spectator* em 1894, intitulado *The Late Mr. W. S. Gilbert*, escrito pelo jornalista H. G. Wells, que na época era um dos principais escritores e intelectuais da Inglaterra vitoriana. O artigo discute a obra

do dramaturgo e letrista W. S. Gilbert, que havia falecido recentemente e que também tratava de questões políticas e sociais da época (OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 2013).

Como o movimento das sufragistas e o debate sobre o papel das mulheres na sociedade. O artigo é considerado um marco histórico no uso da palavra "feminista", já que é a primeira vez que a palavra aparece em um veículo de imprensa de grande circulação. Já a palavra "feminismo" foi registrada novamente apenas em 1895 em um artigo da revista *Westminster Review*, intitulado *The Women's Movement* (CARVALHO, 2019).

Ambos os textos são considerados como marcos históricos no uso da palavra e na disseminação do movimento feminista, porém foi apenas em 1903, na Inglaterra que Emmeline Pankhurst fundou a União Social e Política das Mulheres (WSPU) que posteriormente se tornou a organização mais ativa na luta pelo direito ao voto e a participação na política (BORGES, 2021).

O feminismo é um movimento que tem como objetivo central a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, além da valorização e empoderamento feminino. Segundo a escritora Gloria Steinem (1983), uma das principais figuras do feminismo contemporâneo, a luta pela igualdade de gênero é uma necessidade social e moral, bem como uma necessidade política. Esse pensamento é compartilhado por muitas outras autoras e ativistas feministas ao redor do mundo, e tem sido uma das principais bases do movimento feminista ao longo dos últimos séculos.

Uma das principais razões para o surgimento do feminismo foi a exclusão das mulheres da esfera pública e política, bem como da educação e do mercado de trabalho. As mulheres eram consideradas cidadãs de segunda classe e muitas vezes eram impedidas de exercer seus direitos e liberdades mais básicos. O feminismo surgiu como uma resposta a essa opressão e injustiça, buscando a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres (TELES, 1993).

O movimento feminista evoluiu ao longo dos anos, abrangendo várias correntes e abordagens, desde o sufrágio, que lutava pelo direito ao voto das mulheres, até o feminismo de terceira onda, que busca ampliar a representatividade e a inclusão de mulheres de diferentes raças, etnias, orientações sexuais e identidades de gênero (MILLETT, 1970).

A busca por categorias teóricas que possam ajudar na compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades vivenciadas pelas mulheres tem sido uma importante discussão dentro do movimento feminista. Isso se deve ao fato de que tais categorias são essenciais para capacitar as mulheres a intervir politicamente na luta contra essa condição, visando à reversão desse quadro de opressão. No entanto, é importante

destacar que o movimento feminista abriga uma ampla diversidade de perspectivas, tanto em termos teóricos quanto políticos (CISNE, 2018).

Desse modo, a perspectiva teórico-política marxista, dentro do movimento feminista, busca compreender a opressão e a exploração das mulheres como uma consequência do sistema capitalista. De acordo com essa visão, a subordinação das mulheres é uma das formas pelas quais o capitalismo se reproduz, pois, a desigualdade de gênero permite a exploração do trabalho feminino, muitas vezes mais barato e precarizado que o masculino. Assim, a luta pela igualdade de gênero está intrinsecamente ligada à luta pela transformação revolucionária da sociedade, que buscaria eliminar tanto a exploração do trabalho quanto a opressão de gênero (MARX, 2009).

O filósofo alemão defende a ideia de que a sociedade é dividida em classes sociais, com interesses conflitantes. Ele argumenta que a classe dominante, proprietária dos meios de produção, explora a classe trabalhadora, que é obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver. A partir dessa análise, Marx defende a necessidade de uma revolução socialista, que promova a tomada do poder pelos trabalhadores, a socialização dos meios de produção e a criação de uma sociedade sem classes, onde as necessidades de todos sejam atendidas (CISNE,2018).

Além disso, Marx também critica a forma como a sociedade capitalista aliena o trabalhador de sua atividade produtiva e da natureza, o que leva a uma perda de sentido na vida e a uma sensação de vazio existencial. Nesse sentido, ele argumenta que a emancipação humana só será possível com a superação da sociedade capitalista, que reduz as relações humanas a meras relações de mercado (MARX, 2009).

Vale salientar que, essa perspectiva de Karl Marx foi sistematizada em diversas obras ao longo de sua vida. Porém, sua obra mais importante e conhecida é *O Capital*, que foi publicado em três volumes, com o primeiro sendo lançado em 1867 e foi a partir dessa obra, a teoria marxista se desenvolveu como uma das principais correntes do pensamento social e político do século XX (MARX, 2009).

No entanto, pode-se dizer que a partir da década de 1960, com o surgimento do feminismo de segunda onda, houve uma ampliação das discussões sobre a relação entre o marxismo e o feminismo, com diversos debates teóricos e políticos sobre a possibilidade de se construir uma perspectiva feminista dentro da tradição marxista. Esses debates continuam até hoje, com novas reflexões e críticas sendo elaboradas por feministas marxistas em todo o mundo (MARX, 2008).

Ainda que ao longo de vários séculos e em diferentes partes do mundo, de forma

gradativa a luta das mulheres por igualdade de direitos e oportunidades tem raízes bem antigas, o movimento feminista moderno surge no final do século XIX e início do século XX, em meio a uma série de mudanças sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, a Primeira Onda do Feminismo se destaca como um período histórico importante, no qual as mulheres lutaram por mudanças significativas na legislação e na cultura para alcançar a igualdade de gênero (GARCIA, 2011).

Na próxima seção, será abordado em mais detalhes o feminismo de primeira onda e como ele se consolidou como um marco importante na história das mulheres.

2.1.1 Feminismo: primeira onda

A Primeira Onda do feminismo é um período histórico importante para mulheres e nasceu durante o final do século XIX e início do século XX. Para entender a magnitude da Primeira Onda, é necessário entender o contexto histórico que a humanidade se alocava no hiato de tempo entre o fim de um século e começo de outro.

Uma série de mudanças significativas estava acontecendo em diversos aspectos e em diversas partes do mundo. Na Europa, houve a Revolução Industrial (1760/1820) e a Revolução Francesa (1789/1799), que trouxeram não só avanços tecnológicos e transformações no modo de produção mas também transformações sociais e políticas, surgimento de ideologias socialistas e anarquistas, movimento operário e expansão do sistema democrático (BARROS, 2016).

Já na América, ainda que tenha ocorrido uma acelerada industrialização e urbanização e um intenso processo de imigração, assim como na Europa, também aconteceram mudanças culturais e sociais para o continente. Entrando no Hemisfério Leste e no maior continente do mundo, na Ásia, ocorreram transformações econômicas e políticas, com a ascensão do Japão como potência regional e a influência crescente do imperialismo ocidental. E por fim, na África, dividindo hemisférios orientais e ocidentais, a colonização europeia estava em pleno vigor, o que gerou diversos conflitos e movimentos de resistência (PENA, 2023).

Todas essas mudanças impactaram de forma significativa a vida das pessoas que não só viviam naquela época como também foram elementos fundamentais que nortearam o rumo que a humanidade tomou nos séculos seguintes e isso fez com que as mulheres comesçassem a questionar as desigualdades de gênero que existiam na sociedade da época. Foi nesse contexto, a partir da luta por mudanças nas leis e na cultura para alcançar a igualdade de gênero, que nasceu o feminismo moderno (PENA, 2023).

Ainda que Simone de Beauvoir tivesse escrito em 1949, no seu livro mais renomado de toda sua carreira - *O Segundo Sexo* - com a célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, Mary Wollstonecraft (1759-1797) já havia lançado em 1792, a *Reivindicação dos Direitos das Mulheres*, obra que é tida como um dos principais documentos fundamentais do movimento feminista. O fato de que *O Segundo Sexo* foi publicado 225 anos depois, prova que a luta ainda não foi completamente vencida (GARCIA, 2011).

Mary Wollstonecraft foi uma importante ativista para a sua época e sua obra foi influenciada por Jean-Jacques Rousseau e Alexander Pope. Ainda que esses autores fossem considerados racionais e iluministas, possuíam a visão de que as mulheres eram indivíduos inferiores aos homens, Wollstonecraft não se absteve a essa ideia mas se utilizou do movimento Iluminista para defender suas ideias de que a inferioridade feminina era justificada pela dependência econômica e a falta de acesso à educação racional, o que contribuía para infantilidade e conformidade da mulher as decisões do homem (WOLLSTONECRAFT, 1972, *apud*, CARMO, 2015)

A sua obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher* foi uma resposta imediata à Constituição Francesa de 1791 que não caracterizava as mulheres como cidadãs. Um fato é que a sociedade é movida pelo Androcentrismo, ou seja, uma vez que o mundo é definido em termos masculinos onde o homem é considerado o padrão pelo qual todas as coisas são avaliadas ou melhor, o homem é considerado como a referência de todas as coisas. Essa visão distorce a realidade, influencia a ciência de forma distorcida e tem graves consequências na vida cotidiana (GARCIA, 2018).

Ao estudar, analisar ou pesquisar apenas a partir de uma perspectiva masculina e considerar os resultados como aplicáveis a todo o mundo, o conhecimento produzido pode ser considerado não confiável, ou no mínimo, apresentar lacunas e confusões significativas. A exemplo disso, a autora Carla Cristina Garcia (2018, p. 31) pontua:

A distorção do androcentrismo e suas consequências também são sentidas em outras áreas como a medicina. Outro exemplo: popularmente sabe-se que os sintomas do infarto são dor e pressão no peito e dor intensa no braço esquerdo. Mas poucas pessoas sabem que esses são os sintomas masculinos. Nas mulheres, os sintomas são dor abdominal, náuseas e pressão no pescoço.

Wollstonecraft não se deixou abater pelas dificuldades no seu século e buscava denunciar as decorrências negativas do aprisionamento da mulher em uma vida doméstica restritiva, da proibição aos direitos básicos e em especial, a educação. Outra forte e importante

característica da obra: foi escrita por uma mulher em um contexto em que a participação da mulher era extremamente limitada se comparada à participação do homem (WOLLSTONECRAFT,1972, *apud*, CARMO, 2015)

Outra mulher importante para o início do feminismo foi Olympe de Gouges, conterrânea de Mary Wollstonecraft, ela possuía uma abordagem mais agressiva que a *Reivindicação* pois Olympe era comprometida ativamente nos protestos e agitações políticas da França escrevendo panfletos, tratados políticos e artigos que continham abertamente sua opinião sobre a questão das mulheres na sociedade (GOUGES,1791,*apud*, MULLER, 2014)

Gouges dirigiu o jornal *L'Impatient*, em português, leia-se O Impaciente, fundou a Sociedade Popular das Mulheres em 1793 e publicou em 1791 a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, uma contraproposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na qual o termo "homem" não era descrito como sinônimo de "humanidade", mas como representante do sexo masculino, conferindo-lhes direitos de cidadania (GOUGES,1791,*apud*, MULLER, 2014)

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de Gouges é mais extremista que a Reivindicação dos Direitos da Mulher, pois vai mais além da igualdade de gênero à educação e abarca o direito ao voto, a cargos públicos e políticos, o direito à propriedade privada, ao reconhecimento dos filhos nascidos fora da união matrimonial e a herança. Maria Lygia Quartim de Moraes (2014, p. 11), pontua que:

O feminismo iluminista de Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges compartilha da mesma crença na importância da educação e na universalidade de direitos, fazendo eco a Condorcet. É um feminismo que se opõe à escravidão dos africanos e indígenas e à escravidão doméstica. Ambas viveram tempos históricos em que a mulher estava excluída da educação formal, das universidades e das possibilidades de uma carreira de nível superior. E em que o casamento a transformava numa dependente legal do marido, que não podia gerir os próprios bens nem trabalhar sem consentimento. É a eterna menoridade como destino das mulheres.

Assim como Wollstonecraft e Gouges, o filósofo, matemático e enciclopedista francês Nicolas de Condorcet (1743-1794) em sua obra *Sur L'admission Des Femmes Au Droit De Cité*, em português leia-se Sobre a Admissão da Mulher à Cidadania, expressava as mesmas ideias, destacando seu desprezo pela assembleia composta de 300 ou 400 homens responsável por decidir quais seriam os direitos legais de 12 milhões de mulheres. O autor considerava essa reunião um verdadeiro ato de tirania pois considerava que as mulheres possuíam plena capacidade de decidir seus próprios direitos (ALVES, 2010).

Além disso, Condorcet defendia que para a segregação das mulheres não ser considerada como um ato tirânico, seria essencial comprovar que os direitos das mulheres não são iguais aos direitos do homem ou em tese, fundamentar que as mulheres não possuíam capacidade de executá-los. Pois aqueles que votam contra o direito de outro, seja por causa de sua religião, cor ou sexo, estão, ao mesmo tempo, renunciando aos seus próprios direitos (ASSUNÇÃO, 2014).

Seguindo essa linha de pensamento e entrando no início do século XIX, a autora Catharine Beecher (1800-1878) defendia a ideia de que as mulheres deveriam ter acesso à educação e as oportunidades de trabalho, e que sua formação não deveria se limitar apenas às habilidades domésticas tradicionais abordando a importância da igualdade no casamento e na vida familiar (LOBEL, 2022).

Na sua obra *A Treatise on Domestic Economy* escrita em 1829, em português leia-se Um Tratado sobre Economia Doméstica, Beecher sugere implementar uma nova ordem visando um melhor exercício da sociedade, criticando pensamentos, condutas individualistas e instituições democráticas que ela julgava contraproducente. Abordando de forma livre o significado de “egoísmo”, ela relata que para que a sociedade seja estável, ela precisa da submissão. Em outras palavras, essa submissão é derivada de uma subordinação e é encontrada, por exemplo, nas relações entre empregados e empregadores, pais e filhos, marido e esposa (LOBEL, 2022).

Para que a mulher fuja dessa submissão, Beecher argumenta que a mulher não deve se casar, porém, uma vez que a mulher tenha o desejo matrimonial, é fundamental que ela tenha a liberdade da livre escolha para escolher seu marido mas que, ainda assim, a mulher deve assumir seu papel de esposa, conforme o que era descrito na época pois só assim era possível garantir o bem-estar familiar. Todavia, a mulher não deve se casar, caso não deseje (LOBEL, 2022).

A autora também argumentava que os homens deveriam continuar ocupando seus cargos na vida pública, política e científica, enquanto as atividades relacionadas à Economia Doméstica seriam funções da mulher. Beecher não via vantagens em assumir papéis masculinos, pois enxergava que uma vez a equidade fosse plenamente alcançada as mulheres poderiam perder seus privilégios (LOBEL, 2022).

Vale salientar que é preciso entender o contexto que a autora estava inserida e que ainda que as ideias sejam contraditórias para o feminismo. Beecher defendia a igualdade de gênero relacionada ao matrimônio. Na sua obra, ela enxerga a mulher como um ser destinado

a reprodução e para que a perpetuação da sociedade esteja assegurada, é de extrema importância que a mulher continue a assumir esse papel. Conforme a autora escreve:

[...] Nenhuma mulher na terra tem um senso mais elevado de sua moral e religião, responsabilidades, ou entender melhor, não apenas o que delas se exige, como donas de casa, mas todas as reivindicações que repousam sobre elas como esposas, mães, e membros de uma comunidade social. Uma mulher americana, que é a dona de uma família, sente suas obrigações, em referência a sua influência sobre seu marido, e uma responsabilidade ainda maior em criar e educar crianças. Ela sente, também, as reivindicações que os interesses morais de suas domésticas têm sobre seus cuidados vigilantes. Na vida social, ela reconhece as reivindicações de hospitalidade e as exigências de visitas amigáveis. (BEECHER, 1841, p. 44)

Entendendo esse pensamento como um reflexo dos meios de comunicação da época, com uma enorme e significativa diferença entre a realidade atual e o que era realidade ao longo do século XIX, onde os principais meios de comunicação eram de impressão como jornais, panfletos, revistas e livros, a imprensa escrita possuía total dominação no compartilhamento de notícias, informações e opiniões (LIMA, 2007)

Os jornais eram considerados a fonte principal de notícias para o público geral, vendidos em bancas de jornais ou por assinatura mensais, eram impressos e noticiavam uma grande diversidade de assuntos. Incluía-se notícias nacionais e internacionais, entretenimento, vida social, políticas, negócios, cultura e muito mais. Um fato é que o acesso à informação modifica a forma como as pessoas pensam e agem (LIMA, 2007)

Prova disso é que as pessoas que sabem ler e escrever, se utilizam de artefatos para preservar a história por meio da escrita de histórias, livros e textos religiosos, deixando de lado a confiança na história. Os meios de comunicação do século XIX são a comprovação disso, pois ainda que houvesse a exclusão do direito da mulher à educação, as opiniões eram moldadas, assim como hoje, nos veículos de massa. Straubahaar e La Rose (2004, p. 33-34) pontuam que:

[...] conforme a Revolução Industrial tomou velocidade, meios de massa com base industrial, tais como livros e jornais, apareceram e proliferaram. Conforme a demanda de massa por meios impressos crescia, os meios tendiam a se tornar mais baratos. A maioria dos países presenciou o crescimento de grandes jornais urbanos e um aumento da publicação de livros. Entretanto, tanto o analfabetismo quanto a falta de dinheiro continuaram a limitar a leitura. Muitas pessoas não podiam dispor do dinheiro para um jornal, nem liam tão bem para apreciá-lo. [...] Assim, vemos que a classe social está geralmente conectada ao uso da mídia. A industrialização por vezes aumenta a estratificação social. Embora muitas pessoas mais pobres avancem ao obter trabalhos industriais, as lacunas

relativas entre ricos e pobres aumentaram em muito em muitos países em desenvolvimento.

Um fato é que, independente das limitações de acesso aos meios de comunicação, a cada passo importante que a humanidade - enquanto espécie - dava, outras evoluções acompanhavam, seja socialmente, tecnicamente ou cientificamente. O grande avanço da telecomunicação mudou a forma como as pessoas se comunicam, pois agora há uma eliminação de fronteiras e uma aproximação de todos os povos alocados em diferentes partes do mundo. A mídia tem uma forte influência a cada passo dado pela humanidade (referência).

A seguir será abordado o feminismo da Segunda Onda e como o feminismo se configurou como um forte motivador para mulheres na conquista de novos direitos.

2.1.2 Feminismo: segunda onda

Olhando para um caráter revolucionário, a Primeira Onda do feminismo foi mais avassaladora que a Segunda já que seu foco era mais reformista, se a Primeira Onda tivesse se estendido mais, teria promovido uma mutação social mais profunda, como alterações nas estruturas familiares e de matrimônio, que existem historicamente. Porém apesar de possuir um caráter mais radical, o período foi extremamente importante para ressaltar a importância de acabar com problemas que eram detestáveis pelos reformistas da época, como a desigualdade econômica entre os sexos, padrões sociais enraizados, casamentos forçados e gravidez não desejada (MILLET, 1970)

Mesmo que o sistema patriarcal tivesse sido minimamente reformado com a influência da Primeira Onda e a ideologia tivesse sido enfraquecida, o mais importante, que era sua ordem social, seguia firme e forte. Como a maioria das pessoas estava confortável na sua situação, a única maneira viável de fomentar uma nova forma de organização social seria estimular uma revolução ou melhor, o caos. Ao olhar para os conformes sociais da época, era compreensível que os conservadores exigissem uma estrutura familiar que apoiava a subordinação feminina (MILLET, 1970)

Ainda que o Feminismo de Primeira Onda tenha sido revolucionário, o Feminismo de Segunda Onda é uma extensão com mais participação feminina para o movimento e com maior alcance do público geral. Porém, se for juntar tudo que aconteceu até 1980 e olhar a história com uma visão ampla, é notável que quem escreve a história das mulheres é o homem já que o problema da mulher sempre foi um problema de homens (BEAUVOIR, 1980, p. 167). Apesar de algumas mulheres terem protestado contra seu destino de forma individual ou

coletiva, elas só conseguiram ser ouvidas quando algum homem, em algum momento específico, estava disposto a escutá-las (BEAUVOIR, 1980)

Com isso, o feminismo por si só, nunca foi um movimento isolado ou independente. Sempre foi um movimento político que se expande em momentos sociais dotados de realidade intensa. Em tese, as mulheres nunca conseguiram construir uma classe separada, ainda que, na verdade, nenhuma tenha tentado desempenhar um papel histórico baseado unicamente no gênero (GARCIA,2011).

Prova disso, é que a maioria das mulheres conforma-se com seu destino sem fazer nada para modificá-lo ou entendê-lo. E as que de alguma forma fizeram algo a respeito, mesmo que de forma individual, não conseguiram fazer com êxito absoluto, para aquelas que tentaram, fizeram dentro dos limites aceitáveis pelos homens e dentro de uma perspectiva masculina (MILLETT, 1970).

Durante esse período, as mulheres que possuíam mais liberdade econômica e participação nos setores de produção eram das classes mais oprimidas e as mesmas eram mais subjugadas que os trabalhadores homens, chegando até a viver situações de escravidão. Nas classes elevadas, as mulheres eram consideradas como inúteis e parasitas pois eram completamente submetidas às leis dos homens. Embora a classe social possuísse um papel de moderador, não anulava o fato de que a rebelião fosse quase impossível. Entre as diferentes classes sociais, havia um equilíbrio, mas as mulheres nunca estavam completamente livres (LOBEL, 2022).

Com isso, a mulher da época tinha duas escolhas: a primeira era se rebelar e entrar no mercado de trabalho, mas acabar se tornando uma escrava, já que sua mão de obra era desvalorizada frente ao homem; ou a mulher se tornava uma dona de casa imersa nas leis masculinas e como consequência, tinha sua liberdade reduzida e viveria dependente da autorização do marido para que suas vontades fossem realizadas, se colocando como socialmente inferior (MILLET, 1970).

Entenda-se que, a mulher casada tinha notoriedade social ainda que não gozasse de nenhum direito, ao passo que a mulher livre, solteira ou prostituta tinha todas as capacidades do homem e, caso não pertencesse a uma casta social notória, era desvalorizada. E foi até meados dos anos 70 que a mulher sempre se achou excluída da vida social (MILLET, 1970).

Dessa antítese entre direitos e costumes, resultou, entre outras coisas, este paradoxo interessante: a prática do amor livre não é ilegal, enquanto o adultério é considerado um crime; no entanto, muitas vezes, a jovem que "erra" é desonrada, enquanto o comportamento

inadequado da mulher casada é tolerado: várias jovens, desde o século XVIII até os dias de hoje, se casavam para poder ter amantes sem serem julgadas (BEAUVOIR, .1980, p.169).

Por outro lado, também havia as mulheres que se destacavam independente de classe: as rainhas e regentes. A soberania vinha antes do sexo, mesmo que em determinados lugares, a sucessão feminina fosse proibida, a mulher possuía um papel fundamental ao lado do esposo. Em contrapartida, muitas mulheres optavam pela vida em conventos. As abadessas possuíam grande poder pois possuíam uma vida de caridade intensa e visões acobertadas pela religião que manifestavam uma vida intensa e recatada (GARCIA,2011).

A autora Mary Woollstonecraft, em 1790, na sua obra *A Reivindicação dos Direitos da Mulher*, já defendia que o melhor caminho para as mulheres se livrarem da dominação e alcançar o status econômico, político e social, era a educação pois ela enxergava que a igualdade de gênero não dependia apenas das mulheres e sim da sociedade em conjunto (referência).

Um fato é que muitas mulheres tentaram fugir da submissão masculina encontrando formas de conquistar a liberdade, olhando de forma científica e fazendo um paradoxo entre as relações sociais, considerando que os homens são mais fortes e que muitas mulheres aceitam fazer parte dessa dependência física, nada indica que as mulheres sejam inferiores ao homem, mesmo que a anatomia revele diferenças físicas e de aparência, nenhuma é considerada um privilégio para o homem. Assim, pontua a autora Carla Garcia na sua obra:

[...] Os textos de fundação do feminismo ilustrado avançaram colocando ênfase na ideia de que as relações de poder masculino sobre as mulheres já não podiam mais ser atribuídas aos poderes divinos nem à natureza, mas que era resultado de uma construção social. Ao apelar ao reconhecimento dos direitos das mulheres como tais, situaram as demandas feministas na lógica dos direitos.[...] (GARCIA, 2011, p. 95)

Durante todo esse período, o movimento buscou o igualitarismo entre gêneros e a emancipação jurídica e econômica da mulher. Isso foi predominante tanto nas classes mais altas quanto nas mais baixas, a socialista, sendo esta última mais participativa e com mais noções éticas e políticas. Também surgiram movimentos que trouxeram ainda mais importância a autonomia feminina. Em sentido amplo, as lutas eram todas pautadas na liberdade de pensamento, união, fim da escravidão e pela paz (GARCIA, 2011).

Diante desse contexto de luta, a seguir será apresentado como se deu a conquista por direitos igualitários ao longo dos séculos seguintes e quais direitos ainda não foram conquistados.

2.1.3 Luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens

O que leva um indivíduo a ser mais digno de possuir direitos que outros? Ou melhor, qual habilidade que torna um ser mais elevado que o outro? Wollstonecraft responde: a virtude. Ora, olhando a sociedade como um todo, virtude e conhecimento decorrem da razão, mas quando se fala em direitos e deveres humanos, parece ser óbvio que todos deveriam ser iguais. No entanto, há muitos preconceitos que fazem essa igualdade intangível e ainda que divergente, os valores errados são considerados virtudes (WOLLSTONECRAFT,1972, *apud* CARMO, 2015).

Por isso, é necessário analisar a razão por trás de tudo, o homem de maneira geral, tenta justificar os preconceitos absorvidos sem antes entender de onde vieram ou tentar eliminá-los. É muito importante ter uma mente consolidada e firme para criar seus próprios princípios porque a fraqueza intelectual faz com que muitos homens gerem conclusões imperfeitas e estreitas e acabam chegando a conclusões incompletas, que parecem corretas, mas são baseadas em experiências limitadas e pontos de vista estreitos. Ironicamente, as conclusões imperfeitas e estreitas são frequentes e compreensíveis já que são pautadas em cima de experiências e pontos de vista que são justificados, ainda que limitados (CARMO,2015).

De certa forma, isso significa que o homens priorizam a conveniência ao invés de princípios básicos e isso faz com leve à perda da verdade por um conjunto de experiências absorvidas, transformando o conhecimento em algo culturalmente intrínseco à virtude, abalando o domínio científico em prol de conceitos baseados na natureza humana. Em outras palavras, uma sociedade mais sábia é aquela que se baseia nessa natureza, Wollstonecraft dizia que essa afirmação é tão óbvia que se torna desnecessário tentar explicá-la.

Porém, para que isso se concretize, mais provas são necessárias, haja vista que apelar para os costumes como argumento para justificar que os homens (ou as mulheres) sejam privados de seus direitos naturais é um dos sofismas mais absurdos que diariamente insultam o bom senso. A partir disso, entra o sexismo que nada mais é que o agrupamento de todas as “armadilhas” utilizadas pelo homem dentro de uma estrutura patriarcal para sustentar a opressão ao gênero subordinado (WOLLSTONECRAFT,1972, *apud*, CARMO, 2015)

O sexismo não se trata de momentos pontuais de manifestação masculina, mas de uma ideologia que visa garantir a subordinação das mulheres e todos os métodos utilizados para que isso se perpetue pelas próximas gerações e séculos. Prova disso, é a educação dividida entre meninas e meninos, onde é ensinado às meninas atividades de casa como cozinhar,

lavar, passar e limpar e aos meninos atividades mais plurais como jogar bola e o incentivo a escolher a profissão que almejam (CARMO,2015).

Por outro lado, tem-se o machismo, que vai além do sexismo. O machismo é um apoio ao discurso de desigualdade e se resguarda na crença permanente que os homens realmente são superiores a mulher. É a partir do machismo que o sexismo se torna visível na estrutura social. Só que nesse caso, são levados em consideração momentos pontuais com situações que expressam desqualificação da mulher frente ao homem, seja por meio de piadas ou expressões perpetuadas e é por isso que toda pessoa machista é sexista e todo sexista é machista (BATES,2016).

O patriarcado sustentado pelo machismo e pelo sexismo é apoiado pela legitimação sexual, ou seja, a ideologia sexual. Quando trata-se o assunto “gênero” logo está se abordando um conceito sustentado pelas ciências sociais que analisam a sociedade e as pessoas que fazem parte dela. Essas retóricas patriarcais ratificam de forma hierárquica os homens e o masculino e as mulheres e o feminino em cada sociedade particular. Com isso, são paradigmas de convicções que especificam o que é inerente a cada gênero e, com isso, estipulam os privilégios, os territórios, as ações e os comportamentos próprios de cada sexo (GOVAN, 2021).

Esse dilema de gênero é o carro chefe do Feminismo pois nasce da ideia de que a diferença entre masculino e feminino não nasce de fatores biológicos, mas sim de construções sociais. Dessa forma, “gênero” não é a mesma coisa que “sexo” e sim, um conjunto de comportamentos, imposições, pensamentos e obrigatoriedades que exigiram que a mulher se tornasse essencialmente mulher (BATES, 2016).

Vale salientar que, “gênero” corresponde ao que a ciência determina de forma biológica relacionado a natureza científica, porém enquanto seres em sociedade, a biologia não é capaz de determinar ou classificar um gênero superior a outro. Por isso, o principal objetivo dos estudos relacionados ao “gênero” é destronar o preconceito enraizado da biologia, buscando separar a mulher do feminino e o homem do masculino GOVAN, 2021).

Ao entender que gênero não é uma diretriz qualificatória para classificar superioridades entre homem e mulheres, as teorias de antropologia foram alteradas de forma significativa pois foi a partir disso que surgiu a confirmação das políticas sexuais da sociedade como princípio base do patriarcado. A crítica feminista a isso, pontuou que as razões que movem o patriarcado excluem as mulheres, ainda que algumas ideias fossem mantidas. Eles usaram conceitos como se fossem permanentes e invariáveis, compartilhando noções a-históricas das metanarrativas (GOVAN, 2021).

Trazendo o contexto anteriormente citado por Wollstonecraft para os dias atuais, Garcia (2011) pontua que é notório o que autora diz, pois o que se está vivendo socialmente nos dias de hoje, quando se vê políticos, organizações públicas e/ou privadas incluindo questões de gênero em projetos, estudos e no ambiente de trabalho, ninguém nega que esse tema é importante. Mas por que a palavra “feminismo” em vez de “gênero” faz com que as pessoas se sintam desconfortáveis? Porque desconhecem o que é o feminismo e o que ele fez ao longo da história.

Como visto anteriormente, a primeira vez que o termo feminismo apareceu foi no século XVIII e desde então, muitas mulheres se uniram nesse movimento com o intuito de não serem rotuladas pelo gênero, mas sim, garantir sua liberdade física, intelectual, política e sexual. Com isso, a autora define o feminismo como:

[...] Desse modo, o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social [...] (GARCIA, 2011, p. 25).

A magnitude do feminismo é tão gigante que não se tem como mensurar, nem é possível ter acesso a todos os seus desdobramentos, desde seus efeitos tangíveis e claros como a redução da taxa de natalidade, mudanças industriais, organização do trabalho. O feminismo é sem dúvidas a chama que revela as sombras de todas as ideias desenvolvidas com o auxílio de mulheres e em detrimento da união delas como por exemplo, a democracia, o crescimento econômico e a equidade (RODRIGUES, 2019).

Ainda que a luta pela igualdade de direitos tenha começado quando as mulheres se uniram de forma inédita e orgulhosamente para colocar suas angústias sociais no caderno de queixas da Revolução Francesa, representando de forma significável um importante passo histórico na luta feminista, a Revolução representou um amargo revés inesperável para o movimento que tinha enormes expectativas de alcançar mudanças significativas durante o período (HURTADO, 2016).

Os clubes socialistas foram proibidos para mulheres sendo todos fechados pelos jacobinos e a presença em qualquer atividade política social independente do assunto abordado possuíam o mesmo destino: prisão, exílio ou morte por guilhotina. Porém, foi a

partir desse episódio que as mulheres identificaram dispositivos sociais para criar manobras para alcançar a liberdade feminina (FALCETTI, 2017).

As mulheres não foram desanimadas pela derrota na Revolução Francesa e passaram a criar textos cada vez mais feministas mostrando que o patriarcado masculino não podia ser mais respaldado pelas condições biológicas, nem a poderes divinos e sim, pelo resultado de uma construção social apelativa. Cada vez mais as mulheres da época foram se tornando gladiadoras gigantes na luta pelos direitos e as reivindicações começaram a fazer mais sentido politicamente (COGGIOLA, 2013).

É válido salientar que ainda que as reivindicações feministas tenham passado a incomodar os políticos da época, uma coisa era dar títulos e fazer homenagem às mulheres, outra coisa é abrir as portas do plenário e dos fóruns de discussões utilizados na época para presença feminina. Isso não foi uma tarefa fácil, mas foi em 1791 que o Deputado Condorcet teve sua petição de educação igualitária entre homens e mulheres negada (COGGIOLA, 2013).

O destino para quem ousasse ir contra o que era vigente na época era a morte, foi o que aconteceu com Olympe de Gouges, ativista assídua da Revolução Francesa, famosa por ter escrito a *Declaração dos Direitos da Mulher* em 1791, não concordou que a petição de Condorcet tenha sido negada e no auge da sua frustração escreveu uma nota atacando Maximilien Robespierre que liderava o Comitê de Salvação Pública, criado para defender a Revolução e combater seus inimigos internos e externos. A nota dizia o seguinte: “Estranho, cego e degenerado, neste século de luzes e sagacidade, quer mandar como um déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais e pretende gozar da revolução e reclamar seus direitos à igualdade, de uma vez por todas [...]” (CUTRUFELLI, 2007, p. 127).

Robespierre não concordou com a opinião de Olympe de Gouges e como consequência e punição por ter se rebelado publicamente contra assuntos de caráter político e social, mandou que Olympe fosse para guilhotina sobre o seguinte pretexto: “por haver esquecido as virtudes que convém a seu sexo e por haver se intrometido nos assuntos da República” (GARCIA, 2011, p. 99).

De maneira geral, a França sempre foi um país à frente dos demais, mas o Código Napoleônico que entrou em vigor dia 21 de março de 1804 descontentou de forma avassaladora as feministas da época, Napoleão fixou o destino das mulheres pelo século seguinte atrasando a independência feminina e o seu código foi fixado em um momento de ditadura. Assim como muitos militares, Napoleão não queria que o destino de uma mulher fosse diferente da maternidade (COGGIOLA, 2013).

O código civil napoleônico se estendeu por toda a Europa e seu impacto resplandece até os dias atuais, pois além de instituir os direitos civis, o código criou uma lei que representava a natureza. Prova disso é o que está escrito no artigo 321 sobre a submissão da mulher ao seu marido, onde Napoleão perpetua o casamento como uma instituição desigual e aprova o divórcio apenas se o marido levar sua amante para residência comum do casal (FALCETTI, 2017).

Além disso, as mulheres só podiam possuir dois únicos status e duas únicas verdades sociais: elas eram filhas e submissas à vontade do pai ou esposa e submissas à vontade do marido. E, sobretudo, eram carentes do que o código garantia aos homens: a liberdade. As mulheres do pós-código não tinham praticamente direito algum, até sua maioridade foi reduzida aos 13 anos, idade ideal para o casamento, segundo Napoleão Bonaparte (FALCETTI, 2017).

Também não tinham direito a propriedades, domicílio, profissão ou emprego. Para isso, precisavam de autorização prévia do homem que tivesse o seu domínio, seja o pai ou o esposo e para garantir que isso fosse obedecido de forma integral, o código estabeleceu os atributos comportamentais que a mulher era obrigada a ter: submissão, obediência, respeito, abnegação e sacrifício (BEAUVOIR, 1980)

Caso alguma mulher não concordasse em se submeter a essa realidade, o código penal assumia o seu papel de deixar claro que, tudo pertencia a mulher, menos o seu próprio corpo, seu direito de escolha e sua liberdade. E, para aquelas que ousassem se aventurar em a cometer adultério ou aborto, a perna de morte as aguardava. Como pode ser visto na Figura 2 abaixo, o código era extenso, mas um dos seus principais objetivos, além de garantir a ordem civil, era assegurar que nenhuma mulher era dona de si mesma (FALCETTI, 2017):

Figura 2 – Código Civil Napoleônico



Fonte: Museu Histórico de Palatinat, Alemanha.

No nascimento do século XIX, as mulheres entraram de forma tímida e pacata, mas além de todos os retrocessos de submissão e do esquecimento pelo sistema, possuíam

experiência política para dar início a mais uma batalha. Dentro desse contexto, as prioridades eram conquistar o direito ao voto e a entrada nas instituições de ensino (GARCIA, 2011).

O século XIX foi berço de grandes revoluções sociais, dentre elas, a Revolução Industrial que foi responsável por impulsionar os movimentos feministas que pela primeira vez na história se torna importante internacionalmente pois é um movimento autônomo e organizado, ainda que outros movimentos tenham surgindo com o objetivo de entender os problemas que estavam sendo gerados a partir da industrialização, o feminismo organizado surgiu da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* escrita pelos revolucionários franceses (TEXEIRA, 2019).

Se por um lado, as leis do *Código Napoleônico* ainda estavam em vigor e garantiam que as mulheres não possuíssem nenhum direito e não fossem donas do próprio corpo, a Revolução Industrial tinha chegado para mostrar que era possível produzir riqueza, em contrapartida isso gerava uma expectativa muito grande sob o progresso da humanidade e a libertação de velhos costumes opressores (PAINE, 2005).

Foi a partir disso que os trabalhadores passaram a questionar a tal riqueza, já que não eram beneficiados por ela e eram inseridos em condições de trabalho extremamente ruins e lamentáveis. Sem dúvidas esse contexto foi o principal fomentador das revoluções acerca das injustiças sociais que estavam se formando na época e foram paradoxos propícios às doutrinas libertárias e o início de novos agrupamentos sociais no século XIX (PAINE, 2005).

Porém, é válido compreender que mudanças significativas e básicas para se instituir uma revolução não nascem de uma hora para outra, elas nascem de um processo de etapas sucessivas e ininterruptas de momentos de regressão social. É sob essa visão que a Primeira Fase do feminismo, ainda que tenha sofrido diversas derrotas, foi de extrema importante para os momentos que se sucederam (MILLET, 1970).

Nos Estados Unidos, as mulheres passaram a notar que apenas um grupo social era inferior a elas: os escravos negros. Com isso, tomaram para si como uma situação de caráter pessoal, a missão de abolir a escravidão, usando sua experiência das lutas pela independência, passaram a se organizar em grupos privados para que a consciência de sua condição passasse a ser coletiva. (GARCIA, 2011) E algo chocante aconteceu no país, a primeira assembleia feminina em 1848 conseguiu juntar mais de 300 mulheres em um único lugar e com uma única pauta: discutir os direitos e a condição social, civil e religiosa da mulher (PENCHEL, 2012)

Dessa reunião, surgiu a Declaração de Seneca Falls, local onde aconteceu o evento e culminou no texto que funda o movimento sufragista dos Estados Unidos promovida por

Elizabeth Staton, famosa ativista que tinha forte compromisso com a abolição dos escravos, com base na Declaração de Independência dos Estados Unidos, esse evento foi extremamente importante internacionalmente pois foi a primeira reunião pública feminina voltada para a luta por direitos iguais (TEATRAULT, 2014).

A *Declaração de Seneca Falls*, também conhecida como *Declaração dos Sentimentos*, foi aprovada em um consenso e assinada por 32 homens e 68 mulheres. Ainda que a cláusula reivindicatória do direito ao voto não tenha sido aprovada, as mulheres de Seneca Falls se tornaram referência mundial na luta contra o machismo e o patriarcado pois tinham conseguido algo novo na história. O documento conforme ilustrado abaixo, continha 12 resoluções, em resumo, todos tinham um desejo em comum: igualdade de direitos (TETRAULT, 2014).

Figura 3 – Declaração dos Sentimentos



Fonte: Biblioteca do Congresso, Estados Unidos.

Porém, assim como em 1789, as mulheres foram novamente traídas, mesmo que com todo o seu esforço para alcançar a abolição da escravatura em 1866. O Partido Republicano, atualmente um dos principais partidos políticos dos Estados Unidos, elaborou a 14ª emenda constituinte que garantia o voto para os escravos homens alforriados, mas negava veementemente à mulher o direito ao voto. Nem os escravos apoiaram as mulheres, mesmo que tenham sido apoiados por elas, eles temiam perder o direito que tinham acabado de conquistar (TETRAULT, 2014).

Isso fortaleceu o Partido Republicano que agora tinha o apoio dos antigos escravos. Apesar disso, uma lição ficou clara para as mulheres: quanto mais a união fosse estabelecida com ordem e clareza, mais as mulheres tinham chance de serem substancialmente ouvidas, em outras palavras, em referência ao ditado latino “a união faz a força”. Essa união pode ser observada ao longo dos fatos que se sucederam (MCMILLEN, 2009).

Ainda que algumas mulheres tenham optado pelo caminho radical de fazer greve de fome, foram mortas por causa de suas ideias. Percebendo isso, Elizabeth, a autora da reunião de Seneca Falls, fundou em 1868 a Associação pelo Sufrágio da Mulher (NWSA). Porém, suas reivindicações eram tidas como exageradas e fora da realidade, o que motivou Lucy Stone, também ativista da época, a unir as mulheres que também consideravam as reivindicações exageradas e fundar a Associação Americana Pró-Sufrágio das Mulheres (AWSA) como uma alternativa mais conservadora (HOBSBAWN, 2012).

Apenas 21 anos depois da Declaração de Seneca Falls, e no mesmo ano de fundação da AWSA, foi que Wyoming, estado estadunidense, declarou o direito ao voto às mulheres. Porém, isso não anula a importância de Elizabeth Staton que entre as suas ementas. Ela conseguiu o direito da mulher poder dividir os bens adquiridos durante o casamento como: propriedades, ganhos, heranças, contratos e custódia dos filhos. Com isso, em 1860, as mulheres também poderiam ser reconhecidas caso decidissem acionar o Tribunal de Justiça para qualquer necessidade (MCMILLEN, 2009).

Os avanços na luta por direitos iguais deram passos muito curtos e foi somente com a chegada de um novo século que em 1910 que as feministas passaram a organizar longos desfiles em busca de ter suas reivindicações ouvidas novamente. Só em 1918, o então presidente Woodrow Wilson, anunciou seu apoio ao movimento e no mesmo ano a Câmara aprovou a 19ª emenda que concedia às mulheres americanas o direito ao voto (MCMILLEN, 2009).

Prova dessa caminhada lenta é que a 19ª emenda só passou a valer em 1920, 72 anos depois da *Declaração de Seneca Falls* e das mulheres que haviam participado dessa reunião pública, apenas Charlotte Woodward estava viva para desfrutar do novo direito. O feminismo foi e é um movimento importante internacionalmente, cada conquista alcançada mesmo que em momentos diferentes e em lugares diferentes é uma celebração política comum (TETRAULT, 2014).

O Quadro 1 a seguir mostra os anos em que mulheres de outros países conquistaram o direito ao voto:

Quadro 1 – Ano da Conquista do Direito ao Voto em Países

País	Ano de conquista do direito ao voto
Nova Zelândia	1893

Austrália	1902
Finlândia	1906
Noruega	1913
Dinamarca	1915
Rússia	1917
Alemanha	1918
Reino Unido	1918 (maiores de 30 anos)
Estados Unidos	1920
Brasil	1932
França	1944
Suíça	1971 (em algumas regiões)

Fonte: elaborada pela autora baseada em RIBEIRO,2012.

Mesmo que o sufrágio tenha ficado reconhecido mundialmente pela conquista do direito ao voto, as feministas batalhavam pela igualdade de direitos em todos os sentidos, recorrendo à democracia com a esperança de que, uma vez que a mulher fosse inserida politicamente na sociedade apenas com o direito de votar, as mudanças sociais poderiam ser aceleradas. Para isso, algumas personalidades foram super importantes e não necessariamente eram femininas, é o caso do filósofo inglês John Stuart Mill, que lançou o livro *A Sujeição da Mulher* juntamente com a filósofa Harriet Taylor, e embasou uma teoria política que serviu de base para o Feminismo (MILL, 2020).

John Stuart Mill foi ridicularizado pelo Parlamento Inglês que considerou suas ideias motivo para piada. Contudo, o simples fato dele ter levado as ideias ao Parlamento foi de suma importância para o movimento, pois fez com que a sociedade tomasse conhecimento do assunto. Seu livro se tornou uma espécie de bíblia para o Feminismo. A relevância do documento foi tão grande e o impacto sentido pelas mulheres da época impulsionou no compartilhamento do documento traduzido para várias linguagens em vários lugares do mundo (GARCIA, 2011).

Um ponto extremamente marcante no livro escrito por Mill e Taylor é a visão que esses estudiosos tinham sobre o casamento. Uma estratégia emblemática utilizada por eles era que o preconceito só poderia ser quebrado se existisse uma apelação agressiva ao sentimentalismo. Para os dois, o casamento só deveria ser realizado por amor e não por conveniência ou crenças sem sentido. E, caso a mulher aceitasse estabelecer uma relação de matrimônio, deveria ter o direito de desfazê-la quando quisesse, assim como, para tal, a mulher deveria ter total independência financeira (MILL, 2020).

Na época, mesmo se o marido fosse negligente com seus filhos e com sua esposa, ele era legalmente autorizado a tomar para si o salário da mulher, mesmo que isso representasse um enorme sacrifício para a mulher. Como o homem era tido como o dono da família, ou melhor, o chefe, ele poderia fazer tudo que considerasse ser justo para o bem da família. Esse tinha poderes para vetar todas as vontades da mulher. Caso ela quisesse se divorciar ou se recusasse a permanecer nessa realidade, o homem poderia solicitar a prisão da mesma (MILL, 2020).

O exemplo mais próximo para caracterizar o casamento dessa época é o feudalismo pois a cerimônia matrimonial garantia que a mulher não esquecesse da sua condição de submissa e da obediência plena ao seu marido. Nos ritos religiosos São Paulo influenciava a mulher a ser obediente ao seu marido como se tivesse sendo obediente a Deus, mandamento muito mais constrangedor para as mulheres devotas (e fazia-se o possível para que elas o fossem) do que qualquer outro puramente secular. O direito secular era igualmente explícito e estipulava que quando a mulher e o homem se tornam “um só”, esse “um” era o homem (MILLET, 1970, p. 16).

Nos Estados Unidos a libertação dessa privação se deu a passos curtos ao longo dos anos 50 aos anos 80, estado por estado. Na Inglaterra, a promulgação da lei *Married Woman's Property Act*, consolidada em 1908, garantiu que as mulheres casadas tivessem direito a possuir propriedade e ter controle total sobre ela. A criação dessa lei resultou da pressão dos movimentos feministas da época que almejavam a independência financeira e representou um marco importante internacionalmente em todas as sociedades. Antes, tudo que a mulher conseguisse adquirir, era propriedade do marido (FAWCETT, 2018).

O único ponto que os dois autores discordam era sobre o direito ao trabalho, para Mill era inviável o aumento da competitividade pois uma vez que as mulheres ingressassem no mercado, haveria mais concorrentes. Porém, outro ponto importante em comum era o apoio ao fim das restrições acerca do envolvimento da mulher na política e a livre escolha da área de

trabalho, visto que isso, não apenas estava de acordo com a vontade feminina, mas melhoraria a sociedade de forma integral (FAWCETT, 2018).

De maneira geral, o principal ponto em comum de Mill e Taylor era que os dois enxergam o homem e a mulher como seres iguais e logo, sendo seres iguais, os direitos deveriam ser também iguais. A partir desse contexto, a seção seguinte irá abordar como se deu a entrada da mulher no mercado de trabalho, pontuando os principais desafios e as conquistas alcançadas por ela ao longo de uma sucessão de fatos que antecederam aos dias atuais no mercado de trabalho.

2.1.4 Mulheres no mercado de trabalho

Quando olha-se para os fatos históricos que aconteceram entre 1830 e 1930, percebe-se uma enorme diferença entre o que de fato aconteceu e o que as pessoas acreditavam que fosse possível acontecer, principalmente no que diz respeito à fonte inesgotável de esperança que sempre foi irrigada pelo Feminismo.

O que torna fascinante comparar essas duas vertentes é a relação entre o código de virtudes que a mulher tinha que ter e o código dos direitos civis. Nessa comparação, precisa se levar em conta o fato de que os homens acreditavam no convencional cavalheirismo, atitude muito popular nesse contexto histórico e que, a mulher era um ser frágil, indefeso, incapaz de tomar suas próprias decisões. Esta deveria ser protegida o tempo inteiro por seus tutores legais, ou seja, seu pai ou seu esposo (MILLET, 1970)

Olhando apenas para o código dos direitos civis, percebe-se que ele revela uma realidade frente às esperanças. Mas as informações que eram abstraídas desse sistema, não eram positivas para as mulheres. Ainda que durante a primeira e a segunda onda do feminismo as mulheres tenham conseguido uma reforma social da realidade opressora em que viviam, o patriarcalismo não se deixou vencer facilmente e nem muito menos de forma sofisticada. Como vemos no seguinte relato:

Tenho um cinto à volta da cintura e uma corrente que me passa entre as pernas, e caminho sobre os pés e as mãos. O terreno é muito íngreme e temos que nos segurar a uma corda, e quando não há corda, nos agarramos em qualquer coisa que possa nos sustentar. [...] A mina é muito úmida no sítio onde eu trabalho e a água sempre entra nos meus tamancos e chega até mesmo a subir até as pernas; sempre tem água caindo e a minha roupa fica molhada durante quase o dia todo. À noite, quando chego em casa, me sinto muito cansada; às vezes adormeço antes mesmo de tomar um banho. Já não sou tão forte como eu era, e não aguento o trabalho tão bem como

costumava. [...] O cinto e a corrente são ainda piores quando se está grávida. O meu marido já me bateu muitas vezes por estar atrasada, ele era o meu chefe. A princípio eu não estava habituada com o trabalho e com os horários e ele tinha pouca paciência. Já vi muitos homens baterem nas suas esposas na mesma situação (COOPER UNION, 1912, p. 258).

O trecho acima é uma tradução livre do discurso *Senadores versus Mulheres Trabalhadoras* feito durante a *Cooper Union* da Liga do Sufrágio das Trabalhadoras de New York, em 29 de março de 1912, feito por Flexner. (MILLET, 1970, p. 21). Dessa forma, a mulher tinha duas opções: ser escrava do seu destino ou lutar para conseguir a tão sonhada igualdade e acabar caindo nas mãos do patriarcalismo de novo.

O fato é que a mulher sempre esteve à mercê do homem e ainda que tenha conseguido alguns direitos igualitários em passos curtos e sofridos, a entrada da mulher no mercado foi impulsionada pela industrialização, acompanhada da necessidade do mercado de ter cada vez mais mão de obra disponível que acompanhasse o mais novo ritmo acelerado de produção da indústria (BEAUVOIR,1980).

É com base no discurso que entra a segunda opção que a mulher tinha: a de se tornar escrava do homem, mesmo com o direito de trabalhar. O que a mulher conquistava com o seu trabalho, se tornava legalmente uma posse do marido já que ele era seu tutor legal. Além disso, os homens tentavam influenciar a mulher ao dizer que era mais confortável ficar em casa do que sair para trabalhar e que essa situação deveria ser aceita de forma espontânea (SHELLEY,2011).

Ou seja, há um patriarcalismo focado em convencer as mulheres que elas não possuem a força que verdadeiramente possuem e que conseqüentemente, não são seres influentes. Limitando a mulher a estarem no banco de reserva o tempo todo e no momento em que tentam exercer influência geram intrigas, fofocas e fomentam teses sem sentido. Já que as mulheres nunca tiveram influência em decisões importantes para a história, não são conhecidas sobre suas obras tecnológicas, não lideraram batalhas ou guerras, não descobriram país ou participaram de grandes descobertas (SHELLEY,2011).

Prova dessa realidade, é a história da Branca de Neve, lançada em 10 de janeiro de 1938. A história fala sobre uma princesa muito bonita que é perseguida por uma rainha má que tinha inveja da sua beleza. Ela foge para uma floresta onde encontra refúgio em uma casa vazia e decide se instalar. A casa pertencia a 12 anões, que de início não gostavam dela, mas logo Branca de Neve, com sua doçura, começou a realizar os afazeres domésticos da casa, cuidando de cada anão (DISNEY,1938).

Foi somente dessa forma que Branca de Neve conseguiu a aprovação dos anões para que ela ficasse na casa. Não demorou muito para a rainha encontrá-la e dar a ela uma maçã envenenada que faz com que a princesa entrasse em um sono profundo. Os anões tentaram acordá-la, mas não conseguiram. Então resolveram colocá-la em um caixão de vidro, até que um príncipe encantado a achou, beijou-a e conseguiu fazer com ela despertasse do sono. Em seguida, em troca do que o príncipe fez, eles casaram. (DISNEY, 1938)

Em outras palavras, os feitos femininos só são reconhecidos quando há uma vontade masculina de valorizá-los, Branca de Neve só teve o direito de permanecer na casa quando começou a fazer as atividades domésticas e por sua personalidade doce que através dela conquistou a amizade dos anões. Note-se que há um incentivo para as mulheres realizarem os afazeres domésticos para conquistar os homens e que a história acaba em casamento.

É nisso que os antifeministas se baseiam. Primeiro acreditam que as mulheres nunca tiveram relevância suficiente na história a ponto de serem reconhecidas por algum feito. Segundo, que a mulher nunca foi oprimida e que, portanto, nada e ninguém impede que as mulheres tenham oportunidades limitadas ou reduzidas (SHELLY,2011).

Essas crenças não possuem base alguma e por tanto são dotadas de hipocrisia. Os feitos realizados por mulheres de classes elevadas ou que possuíam algum tipo de privilégio não desmerecem e nem descaracterizam a opressão que sempre existiu. E não só isso, mas o fato de que esses momentos são escassos comprovam que há sim uma opressão constante que nunca teve fim (BEAUVOIR,1980).

Por isso, as mulheres buscam ser enquadradas nos direitos civis de forma igual, não como mulheres, mas como seres humanos plenos pois acreditam que estar com direitos diferentes, não as tornam seres plenamente livres. O que mudou com a entrada da mulher no mercado de trabalho foi tão somente mais um problema, já que agora tudo que a mulher produzia era legalmente do marido e as obrigações domésticas continuavam fazendo parte da sua rotina (MILLET,1970).

A mulher passou a ter uma série de responsabilidades. Algumas novas e outras antigas: comparecer ao trabalho que não valorizava sua mão de obra e ser reduzida a condições quase que de escravidão; os afazeres domésticos de cuidar da casa, do marido, dos filhos e da família de forma geral. E quando a mulher se sentia esgotada, era privada das atividades de lazer (GARCIA,2011) .

Enquanto para os homens, as atividades de lazer da vida social como ir ao bar, visitar os amigos, jogar jogos de azar, atividades relacionadas à natureza eram totalmente liberadas, a mulher se via na condição caseira e não possuía liberdade para conhecer os prazeres sociais.

Somente as mulheres de classe social elevada, que não tinham a necessidade de trabalhar e estavam confortáveis com seu destino, conheciam as atividades de lazer. Mesmo que de forma reduzida, elas eram mais respeitadas e reconhecidas socialmente (GARCIA,2011) .

Algumas profissões eram mais valorizadas que outras. As donas de algum tipo de comércio que beneficiavam toda a sociedade possuíam mais status e eram as únicas que, segundo o código civil, eram aceitas. Para as outras profissões relacionadas ao campo, donas de hotéis, vendedoras de narcóticos, solteiras ou viúvas, essas eram menosprezadas pela sociedade. Para elas o único destino seria casar-se ou trabalhar em locais de bom status social (FAWCETT,2018).

Para os trabalhos que socialmente não requeriam nenhum estudo, como por exemplo, a empregada doméstica, a operária de máquinas em fábrica, a secretária e a vendedora, a realidade era totalmente outra. O trabalho era muito mais intenso e logo era muito mais difícil conciliar o trabalho com as realidades domésticas que ainda eram responsabilidades integrais da mulher (TETRAULT, 2014).

Quando as mulheres ocupavam cargos na medicina, no direito ou na educação possuíam uma remuneração melhor que aumentava as possibilidades de contratar uma pessoa para ajudar nos afazeres domésticos e conseguir transformar as obrigações domésticas em preocupações ou obstáculos a serem resolvidos (GARCIA,2011).

Mesmo que as mulheres estivessem empregadas, outros desafios ainda faziam parte da rotina, seus salários eram inferiores ao dos homens e já que tinham os afazeres domésticos e possuíam a chance de engravidar, a concorrência era desleal com o público masculino Logo cada vez mais a indústria se apoiava nisso para justificar os valores baixíssimos da mão de obra feminina (GARCIA,2011) .

O fato é que a mulher, ao entrar no mercado de trabalho, se tornou uma nova integrante da sociedade e principalmente no universo masculino. Logo, nenhum novato tem credibilidade até que se estabeleça como uma ferramenta chave, dessa forma, se agrava ainda mais o fato do homem não gostar de receber ordens femininas. Isso chega ao ponto de nem as mulheres passarem a gostar de receber ordem de outras mulheres (ADICHIE,2015) .

E se tornando, dois grupos economicamente separados, a mulher como uma novata e o homem como o chefe, o homem consegue cargos melhores com remunerações melhores. Assim, ocupa posições de poder e novamente, a mulher fica à mercê de um homem que se torna seu tutor legal, note que isso se torna um ciclo sem fim. A condição da mulher, por mais nova que seja, ainda é influenciada por costumes antigos que continuavam presentes na nova formação da sociedade (HOOKS,2018) .

A visão de sexo frágil influenciava bastante a divisão de funções Por mais básicas que fossem. as mulheres eram consideradas incapazes. Nesse sentido, podem ser comparadas a um bebê, que não consegue tomar a rédea da própria vida, pois é muito novo para saber o que quer, quando quer e como resolver suas vontades (HOOKS,2018).

Nesse sentido, a situação das mulheres ainda não é justa, mesmo tendo conquistado a possibilidade de ingressar no mercado, com indústrias e as faculdades carentes e de portas abertas, as mulheres têm muita dificuldade de se adaptar a esse modelo porque não possuíam acesso à vida social e novamente, o casamento parece ser uma fuga para essa realidade, já que a sociedade cobrava o tempo todo delas, o casamento se tornava uma possibilidade de alívio para isso (HOOKS,2018).

Só que por outro lado, ao mesmo tempo, a mulher passava a ter uma nova consciência de que agora pela primeira vez na história, há uma verdadeira possibilidade de se tornar independente e que por mais que os caminhos sejam difíceis e tortuosos, ela não precisava mais se casar para ter sucesso. Porém, o caminho mais fácil sempre foi mais tentador e a desmotivação para enfrentar as dificuldades era tamanha. Porém uma coisa era em comum independente do caminho escolhido: o desejo de que a maternidade não fosse algo tão difícil. (FRIEDAN,2021).

O fato de o homem deter mais prestígios e privilégios sociais, motiva a mulher a querer satisfazê-lo e logo faz com que se sintam submissas a ele, mas acompanhado a esse status, as mulheres deixam se de reconhecer como realmente são e aceitam a definição que o homem atribui a elas. Por causa disso, é fundamental compreender o que o homem espera que a mulher seja porque isso é uma ferramenta principal na vida de todas as mulheres. (FRIEDAN,2021).

Um fato histórico que comprova o paradoxo entre a realidade e a lei, foi o incêndio na fábrica têxtil *Triangle Shirtwais Company* em Nova York nos Estados Unidos em 25 de Março de 1911, no prédio que atualmente pertence à Universidade de Nova York. O incêndio matou 125 mulheres e 21 homens que foram rapidamente destruídos pelo fogo. (MILLET, 1970)

A fábrica possuía cerca de 600 trabalhadores em operação, a sua maioria era formada por mulheres novas e imigrantes de 13 a 23 anos que faziam o trabalho de costurar os tecidos por 14 horas diárias, ganhando em média 6 a 10 dólares por 6 dias na semana. A Triangle ocupava um prédio enorme para época, mas ainda assim, as mulheres ficavam sentadas de costas em lugares apertados, rodeadas de filas de máquinas infundáveis. (GIUNTA,2019)

A data do incêndio se tornou o Dia Internacional das Mulheres, mas antes dele acontecer, alguns protestos na Rússia e nos Estados Unidos estavam levantando um descontentamento nos donos de fábrica, o salário dos operários e operárias eram extremamente baixos e as condições de trabalho eram desumanas. Os donos das fábricas tomavam as reivindicações como uma afronta pessoal, classificando os operários como uma gangue perigosa. (BLAY, 2001)

As reivindicações pediam salários melhores, redução da jornada de trabalho e proibição do trabalho infantil. Para cada ponto, surgia uma nova revolução, mas até meados dos anos 60, nenhum movimento pedia por salários iguais entre homens e mulheres. Embora elas tenham sido membros ativas nos movimentos, seus pontos não eram considerados, já que se fossem, iria prejudicar o salário do homem e o salário da mulher deveria ser considerado apenas como um complemento a renda do homem e não uma representação da liberdade econômica individual. (GIUNTA,2019)

Quase nenhuma vitória foi conquistada durante as reivindicações, principalmente das fábricas de médio e pequeno porte. E, por mais que os movimentos tivessem retornado, os donos repetiam a mesma conduta: controle absoluto de tudo, portas fechadas, salários baixos, relógios cobertos e 14 horas de trabalho por dia. (MILLET,1970).

O incêndio ocorreu no dia 25 de março às 17 horas enquanto todos os trabalhadores estavam na fábrica. A fábrica ocupava 3 andares em um prédio de 10 andares, toda a estrutura era feita de madeira, do chão as divisórias. or ser uma indústria têxtil havia uma enorme quantidade de tecidos inflamáveis e toda a instalação do prédio era precária, seguindo o padrão da época, ou seja, tudo contribuía para aumentar ainda mais a proporção do incêndio. (BLAY,2001).

Uma parte dos trabalhadores conseguiram fugir, outra conseguiu descer as escadas, outra foi para o telhado, outra pelos elevadores, os que estavam no telhado o fogo logo os alcançou expulsando os trabalhadores que tiveram que pular o prédio de 10 andares para ir em encontro a morte. (BLAY, 2001).

Outros não conseguiram sair a tempo e morreram no local. A comoção pública foi enorme e reuniu aproximadamente 100 mil pessoas que acompanharam os enterros pelas ruas do Lower East Side. Foi a partir dessa imensa tragédia que a sociedade se uniu cada vez mais para lutar contra as condições de trabalho. (GIUNTA,2019).

A socióloga Eva Blay nega as alegações que o Dia Internacional da Mulher comemorado dia 08 de Março foi por conta do incêndio da Triagle. Para ela, o que motivou Clara Zetkin, militante alemã que criou a revista Igualdade e defendia ativamente a

participação livre da mulher em todos os âmbitos, propor a data foi para que remetesse a um lembrete e a um convite a convocação para mobilizações mundiais das trabalhadoras, buscando abordar tanto as questões relacionadas ao trabalho quanto ao sufrágio feminino. (BLAY, 2001).

Para a socióloga, o incêndio pouco ou nada tem a ver com o Dia Internacional da Mulher, já que Zetkin fez a proposta antes do ocorrido, em 1910 durante a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, na Dinamarca. Após a proposta de Zetkin, muitas manifestações ocorreram ao longo da Europa, mas foi somente 65 anos após que em 1975, que a Organização das Nações Unidas instituiu oficialmente o Dia Internacional das Mulheres, tendo como objetivo a luta pelos direitos das mulheres em todo o mundo. (GARCIA,2011).

Assim como ao longo da história do Feminismo, as mulheres sofreram várias reviravoltas e entre as grandes guerras não foi diferente, os movimentos feministas caíram de drasticamente, o mundo estava vivendo um novo contexto em que as atenções estavam voltadas para a sobrevivência e isso impulsionou a militância a abandonar cada vez mais o movimento. (GARCIA,2011).

As mulheres continuaram ativas no mercado, ainda que novos problemas tenham surgindo em nível mundial, as mulheres continuavam lutando por salários igualitários e pelas reformas relacionadas à maternidade, mas dessa vez, a militância tinha mais barreiras, as mulheres não conseguiam competir com os partidos políticos institucionais emergiram. (BEAUVOIR,1980).

Além disso, com o grande índice de morte e a quantidade de homens nos campos de batalha, a taxa de natalidade estava caindo e para os países industrializados, onde a mão de obra se tornou mais feminina que masculina, a sociedade começou a acusar o feminismo de ter mexido na ordem natural da sociedade e que por conta dele, não só a taxa de natalidade estava caindo, como tudo estava fora dos eixos e assim, cada vez mais as feministas militantes passaram a ter medo de impulsionar novos movimentos. (BEAUVOIR,1980).

Após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres que haviam ingressado massivamente nos espaços de trabalho, tiveram que voltar para casa. O discurso de Hitler mesmo com sua derrota, ainda ecoava na humanidade, os 4 Ks alemães (Kinder, Kirche, Kurcher e Kammer), leia-se crianças, igreja, cozinha e quarto, era um conceito obrigatório que deveria guiar a vida da mulher, tornando novamente os afazeres doméstico sua função exclusiva. (HITLER, 1934)

Assim, na metade do século XX, com o retorno do homem ao trabalho, a sociedade passou por uma mudança, agora as mulheres não eram mais trabalhadoras, eram compradoras

perfeitas que precisavam de aparelhos novos para exercer seu trabalho de dona de casa. Note que a história da mulher sempre foi uma história do homem. Com isso, a mulher não tinha outra saída a não ser buscar a realização em se tornar esposa e mãe. (GASPARETTO, 2013)

Dessa forma, a ideia de que um dia o príncipe encantado iria chegar se tornou uma esperança real e acompanhado a isso, se avançarmos na história, tem-se o exemplo da princesa Cinderela, lançada em 22 de maio de 1950, sua história remonta a uma menina que se tornou órfã após a morte do seu tutor legal e fica sob os cuidados da sua madrasta e suas duas meias-irmãs, que se unem para transformar Cinderela em sua empregada particular. (DISNEY, 1950).

Cinderela tinha entre as suas funções tinha que cuidar da casa, da plantação, dos animais, da comida, da limpeza e das roupas até que surge um grande baile na cidade onde o filho do rei está procurando uma esposa. Cinderela é proibida de ir por sua madrasta até que magicamente uma fada madrinha a ajuda, ela vai para o baile e consegue encantar o príncipe que no dia seguinte, parte para uma busca incessante na cidade inteira para encontrá-la e prometê-la em casamento. (DISNEY,1950).

Note que essa história não só está dentro do contexto anteriormente citado como foi lançada dentro dele. O trabalho era uma realidade para a Cinderela, mesmo que confinada sob os cuidados da sua madrasta, a melhor saída para ela era encontrar um príncipe encantado, um gentleman que cuidaria de todas as suas dores e livraria ela dos maus tratos sofridos na mão da sua tutora e das suas irmãs. Havia um incentivo para que as mulheres optassem pelo casamento em vez do trabalho. (DISNEY,1950).

Dessa forma, para as que queriam trabalhar havia a possibilidade, mas como toda ação há uma consequência, isso também se refletiu como incumbência a nova realidade. O ato de trabalhar sempre foi algo cansativo, independente da função realizada ou no quanto se goste dela, para a mulher isso sempre foi diferente. O que ela ganhava com o seu trabalho, não compensava socialmente, pois ela não tinha o prêmio principal: a liberdade e autonomia financeira. Por isso, as mulheres viam o trabalho como uma tarefa que poderia ser abandonada pelo casamento, assim como aconteceu com a Cinderela. (DISNEY,1950).

É nisso que Betty Frieden se baseia quando cria a mística feminina, fazendo um paradoxo com o termo grego místico que vem das palavras gregas *myo* e *myeomai*, ou seja, “fechar os olhos” e “ser iniciado”. De forma geral, o misticismo ocorre quando algo não é validado pela razão ou por sentidos e vem apenas do autoconhecimento espiritual. (GASPARETTO, 2013)

A autora analisa o que aconteceu nos próximos 15 anos após a Segunda Guerra Mundial, ela diz que a cultura estadunidense se fortalece em cima do misticismo feminino, onde a realização feminina no casamento e na maternidade fizeram as mulheres buscar se adequar no que a mídia estava impondo, naquela imagem da bonita beijando seu marido, com filhos perfeitos, uma casa impecável e nenhum problema para lidar a não ser se tornar uma esposa perfeita e fazer com o que os novos aparelhos eletrodomésticos continuassem funcionando perfeitamente. Prova disso, são os números expressivos desse contexto:

Em fins da década de cinquenta, a média etária relativa ao casamento baixou para 20 anos entre as mulheres americanas e continuava a cair, descendo à adolescência. Havia quatorze milhões de moças noivas aos 17 anos. A proporção de mulheres universitárias em relação aos homens caiu de 47% em 1920 para 35% em 1958. Um século antes as mulheres lutavam por uma educação superior. Em 1950, as moças iam à universidade para arranjar marido. Em meados da década, 60% abandonaram a faculdade para casar, ou temendo que o excesso de cultura fosse um obstáculo ao casamento. As universidades construíram dormitórios para estudantes casados, mas estes eram quase sempre os maridos. Surgiu uma nova cadeira para as esposas: «Ph. T.», ou seja (Putting Husband Through — Ajudar o Marido a Passar). (FRIEDEN, 1963, p. 18)

A partir disso, o Feminismo se viu novamente preso a uma batalha, assim como todas as outras vezes, ele estava ciente que havia um inimigo, mas o inimigo não tinha nome, nem rosto, nem pelos no corpo, não tinha status, nem privilégio, nem recebia salários maiores e muito menos autoridade. (GASPARETTO, 2013)

A imposição da sociedade para que a mulher deixasse o trabalho, a universidade e o sonho de se descobrir para se encontrar no casamento e na maternidade era tamanha que atingiu todos porém, não é de se admirar que nem todas as mulheres se identificaram com esse papel. (GASPARETTO, 2013)

Frieden recolheu muitos depoimentos ao longo do seu livro mas um deles chama a atenção, é o relato de uma menina de 19 anos que deixou a universidade em troca do casamento, a menina em questão descreve a rotina como dona de casa, ela relata que aprendeu todos os afazeres domésticos, que seu casamento é maravilhoso e que nada tem a questionar sobre ele, até gosta mas entre um afazer e outro, ela se pergunta: “quem sou eu?”(GARCIA,2011).

Entrando na década de 60, esse inimigo sem nome ganhou um rosto muito familiar: a dona de casa. O número de jovens que começaram a questionar sua realidade foi aumentando, aqui é válido lembrar que as faculdades nunca fecharam a porta para as mulheres e por causa

disso, ainda que muitas tenham optado pelo casamento em vez dos estudos, havia uma parcela da sociedade que culpava a educação.(BEAUVOIR,1980).

No olhar dessa parcela, as mulheres de antes não tinham acesso à educação, então reclamavam menos, ou seja, a educação fazia com que a mulher tivesse um novo olhar sobre a realidade doméstica, projetando seus pensamentos em um mundo irreal e ilusório que nunca seria alcançado e novamente, há um esforço para fazer com que a mulher se reconheça dentro do seu papel de dona de casa.(BEAUVOIR,1980).

Para que esse problema fosse resolvido, os experts em economia familiar passaram a sugerir que as mulheres deveriam ter sua educação voltada ao casamento, fazendo aulas práticas com temáticas voltadas para as atividades que elas teriam que fazer na sua nova vida. A mídia foi uma peça fundamental para que isso acontecesse, diariamente surgiram artigos sobre como melhorar o casamento e como tornar isso uma tarefa fácil.(MILLET,1970).

Para alguns era um problema sem solução, casar e ter filhos eram coisas intrínsecas à realidade feminina e que por tanto, a mulher deveria aceitar isso compreendendo o quanto aquela vida tinha felicidade e o quanto o homem estava muito mais vulnerável na rua. Cada vez mais o número de especialistas em casamento foi aumentando, tornando a mulher esposa um ser admirado e invejado, proporcionando soluções irreais, ninguém levava a sério o problema.(MILLET,1970).

Ninguém sugeria novos caminhos e durante quase todo o século, a maioria das mulheres buscou se adequar ao seu destino, para elas era mais fácil aceitar o fardo que lhe era imposto do que lutar para mudar a realidade. O fato é que o problema estava presente em todas as classes, da esposa de um executivo, um político, um advogado ou um médico até as esposas dos operários, mesmo que não faltasse dinheiro ou até mesmo recursos básicos, a insatisfação era crescente.(HOOKS,2018).

Betty Frieden usou dessa realidade o impulso necessário para criar o Feminismo Liberal, e a Organização Nacional para as Mulheres (NOW), o feminismo de Frieden classifica a situação das mulheres como desigual, não como se as mulheres sofressem opressão ou fossem exploradas, o feminismo liberal busca apenas alcançar a liberdade entre homens e mulheres. As liberais enxergam o problema na exclusão das mulheres da esfera social e lutavam pela reinclusão da mulher no mercado de trabalho e pela inclusão na política.(FRIEDAN,2021).

Em contrapartida, uma parcela das mulheres acreditava que o problema tinha que ser resolvido pela raiz, assim surgiu o Feminismo Radical, ou seja, para elas era necessário não só resolver o que acontecia nos ambientes públicos mas também o que acontecia nos íntimos de

dominação masculina e patriarcal. Vale salientar que, o Feminismo Radical é diferente do que aconteceu na primeira e na segunda onda do feminismo e do Feminismo Liberal porque enfatizava a sexualidade e assim, em 1968, nasce o Movimento da Liberação das Mulheres.(FRIEDAN,2021).

Esse movimento se tornou conhecido no protesto Queima dos Sutiãs, o Bra-Burning, que reuniu cerca de 400 mulheres no dia 7 de setembro de 1968 no Atlantic City Convention Hall, local em que acontecia a Convenção Nacional dos Democratas, as mulheres protestavam contra o concurso nacional da Miss América, a ideia principal era expor uma cultura de beleza que fazia com que as mulheres se submetessem a diversos processos e produtos para tentar alcançar um padrão inexistente (HOOKS,2018).

Apesar de o ato de queimar sutiãs ter despertado críticas em toda a sociedade como algo questionável pois havia questionamentos sobre o sutiã ser um objeto que não merecia tanta atenção, o feminismo radical se tornou um movimento modelo pois alcançou mulheres ao redor do mundo, entrando em vários lugares, conseguiu despertar uma consciência crítica em massa e mesmo o Estados Unidos sendo o berço, o movimento se espalhou de forma avassaladora ao redor do mundo.(HOOKS, 2018).

Figura 4 – Queima dos Sutiãs em 1968



Fonte: Jornal O Globo

O Feminismo Radical gerou uma nova forma de protestar e uma desobediência civil. Um dos principais focos do movimento era mostrar como a mulher era oprimida e sensibilizar o máximo de pessoas possíveis e conseguiu de fato, mudar a forma como várias pessoas pensavam, transformando a submissão em algo político com movimentos extremamente planejados e calculados.(GIUNTA,2019).

Mesmo que em um primeiro momento, o movimento não tenha conseguido grandes feitos políticos e avanços significativos, ele teve um papel fundamental na transformação da perspectiva pública, as principais autoras feministas do século XX consideram o feminismo

radical como o movimento feminista de maior impacto da América Latina e da Europa e isso foi o principal feito do movimento.(GIUNTA,2019).

As líderes do movimento costumavam fazer reuniões que davam abertura para as mulheres do grupo explicar de que forma elas sentiam a opressão no seu dia a dia, o objetivo dessas reuniões eram fazer com que as mulheres se tornassem especialistas no tema e dar espaço para que outras mulheres pudessem ver que elas não estavam sozinhas e se sentirem acolhidas e convidadas a participar dos movimentos, valorizando a união feminina que foi tão subestimada e humilhada ao longo da história. (GARCIA, 2011)

O movimento de forma geral sempre buscou a organização, o tempo inteiro estava em busca de uma dinâmica participativa ao incluir novas mulheres que pudessem agregar conhecimento mas sempre deixando bem claro que nenhuma mulher era melhor que outra por mais que uma tivesse mais habilidades que a outra, isso pouco importava para o movimento.(SELLERA,2019).

As que eram admitidas tinham o direito de analisar a liderança e pontuar o que consideravam negativo, mas isso fazia com que o movimento se tornasse mais lento e cansativo principalmente para as participantes que eram veteranas. Logo, nossos assuntos surgiram, algumas ativistas começaram a se declarar lésbicas e isso foi descontentando uma maioria.(SELLERA,2019).

Esse modelo de organização e classificação sem hierarquia fez com que o movimento fosse perdendo sua vitalidade, dentre as mulheres que chegavam poucas possuíam embasamento político e isso gerava muitos conflitos internos que ocasionaram a expulsão de várias mulheres, entre elas, inúmeras veteranas até ocasionar o fim do feminismo radical que foi dividido em dois grupos, as feministas e as políticas.(SELLERA,2019).

Pode-se considerar que as políticas correspondiam a uma área mais do movimento da direita, a princípio elas representavam a maioria, as mulheres que faziam parte do grupo culpavam o Sistema econômico da época, o Capitalismo. Para elas, toda a opressão vivida é por causa do contexto econômico. Já as feministas, tinham raízes mais profundas e muitas vezes tidas como socialistas, elas tentavam entender a raiz do problema e não consideraram o Capitalismo dono de todas as respostas.(HOOKS,2018).

Entrando na década de 70, as feministas se tornaram maioria e ainda que tenham sido consideradas socialistas, elas criticavam o sexismo e alegavam que embora o feminismo seja um movimento de extrema importância, as pessoas não sabiam interpretá-lo, acusando de ser um movimento contra revolucionário, essa década foi mundialmente marcada pela discussão a respeito de qual teoria estava mais correta.(HOOKS,2018).

O fato de as políticas culparem o Capitalismo como o principal motivo para opressão era de certa forma, incluir o homem como um ser que também sofria opressão e a verdade para as feministas não era essa, esse debate era lógico, tendo em vista que as políticas se apoiavam no medo que sempre esteve presente ao longo do movimento, o medo de chatear seus maridos ou seus tutores legais. Com isso, era mais fácil culpar o Sistema do que o homem.(FISHER,2020).

Na metade da década em diante, o feminismo começou a ganhar mais força, ainda que os debates tenham mudado em decorrência da quase chegada de uma nova década, ele já tinha deixado de se tornar um movimento singular e se tornou de alcance mundial, o fim da União Soviética e o surgimento de novos debates não foram motivos para intimidar as mulheres que em diferentes lugares do mundo continuavam se reunindo para discutir novas formas de conquistarem a liberdade.(FISHER,2020).

Mesmo com o fim do Feminismo Radical, os acontecimentos passados deixaram uma série de novos aprendizados e as feministas tinham em mente o que poderia ser replicado e o que deveria ser evitado a todo custo, elas não desapareceram e estavam sempre em desenvolvimento. Com isso, na década seguinte a teoria feminista ganha um caráter acadêmico sofrendo profundas transformações.(FISHERM,2020).

Os anos 80 foi marcado de uma consciência feminina antes nunca vista na história, com novos avanços, as mulheres tinham noção que sua situação era completamente diferente das dos homens e mesmo com pouca mobilização, o feminismo estava mais do que nunca forte e com apoio feminino enraizado, passou a desaprovava usar a palavra “mulher” como única fonte teórica.(BEAUVOIR,1980).

O feminino da década de 80 estava focado na diversidade feminina e buscava encontrar internamente entre a prática e a teoria, as situações que as mulheres vivenciavam, dentro dessas diferenças estavam elementos como cor, raça, etnia e sexualidade, isso transformou o feminismo em uma teoria forte porque todos os estudos feministas estavam pautados em temas críticos com critérios de justiça.(GARCIA,2011).

Como citado anteriormente, tudo que o feminismo tocava, se transformada em política, ainda que o movimento tenha sido recapitulado diversas vezes e tenha sofrido diversas derrotas, o que ainda o mantinha vivo era a luta pela igualdade de direitos e pela violência sofrida pelas mulheres, isso foram os batimentos vitais que energizavam a união das mulheres, pois todas ainda tinham o mesmo desejo: a liberdade, o fim da pobreza e da violência.(HOOKS,2018).

E foi assim que o feminismo se sustentou até a chegada do século XXI, se transformando em algo contemporâneo, ou seja, o feminismo da diferença, esse modelo luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas não quer que a mulher seja igual ao homem porque isso significa um apoio ao modelo masculino, as mulheres não queriam isso, elas queriam o reconhecimento pelas coisas que faziam, mesmo que as coisas sejam diferentes das do homem e para que isso acontecesse, as mulheres passaram a valorizar a cultura. (HOOKS,2018).

Dando lugar ao feminismo cultural, seu propósito é atingir a independência cultural como base para fundamentar a oposição, impulsionando as demandas femininas a partir para princípios norteadores entre as próprias relações, como a sororidade, a não violência, a ausência de competição, a confraternização com a diversidade, estimulando novas identidades com capacidade para influenciar uma mudança culturalmente e socialmente.(COSTA,2012).

Outra vertente também muito importante para o movimento, foi o Feminismo essencialista que ressaltava que a sexualidade da mulher é muito diferente da do homem, o homem por sua vez é muito agressivo e sua sexualidade pode ser letal, enquanto que a mulher é um ser doce que ainda não conseguiu explorar sua sexualidade por completo, dessa forma, essencialmente a mulher não é valorizada.(COSTA,2012).

O Feminismo Essencial enxerga a mulher como a natureza e o homem como a cultura, ambos são fundamentais, mas sem a natureza não há vida e nem procriação então a essência feminina deveria ser mais respeitada, atribuindo a mulher como peça-chave para a salvação do planeta. Para essa vertente, a única forma de não se contaminar com o mundo masculino era o apoio à relação homoafetiva entre mulheres.(BOURDIEU,2019).

A partir dessas linhas de pensamento e do crescimento do movimento, a pergunta que fica é: como ficou a situação da mulher nos países em que teve um avanço histórico e como a mulher passou a ser enxergada socialmente? Se antes a mulher lutava para ser ouvida, agora os problemas possuíam nomes e estavam escancarados para a sociedade, temas relacionados a sexualidade, ao aborto e a violência passaram a ser cada vez mais debatidos ao redor do mundo.(BOURDIEU,2019).

Também foram expostas a abordagem midiática, a forma chocante como a figura feminina era abordada na mídia, a desigualdade salarial e a exclusão histórica da mulher na sociedade, tudo isso só foi possível graças a perseverança das mulheres que antecederam a história que em nenhum momento desistiram de lutar por aquilo que acreditavam que era justo e verdadeiro para todos na sociedade e que a mulher deve sim ter o poder de escolher seu próprio destino. (BOURDIEU,2019).

Do século 17 ao 20, a história da mulher passou por diversas reviravoltas, no Brasil não foi diferente. No capítulo a seguir vamos entender como se deu a crescente onda feminista e como impactou as mulheres do país (BEZERRA,2017).

2.1.5 Feminismo no Brasil

Desde o século 18 quando a palavra Feminismo surgiu pela primeira vez, passou a ser possível identificar mulheres que estavam cansadas de ter o rumo da sua vida imposto pelo homem, nos séculos seguintes viu-se algumas personagens femininas que foram peças-chave na luta pela igualdade. No Brasil não foi diferente, a realidade da brasileira acompanhou a realidade socioeconômica do país do século 18, onde a escravidão era responsável pela opressão tanto da mulher negra escrava quanto da mulher branca que era responsável pelo lar (BEZERRA, 2017).

Para entender como se fundamentou o Feminismo no Brasil, é preciso compreender o papel da mulher negra e da mulher branca na sociedade da época, pois ambas tiveram um papel extraordinário para o movimento. Uma se dividiam em apoiadoras assíduas do sistema e outras lutavam da forma que era cabível contra ele (TELES, 1993).

No Brasil Colônia, onde o principal objetivo de Portugal era extrair o máximo de riqueza possível do território brasileiro, a mulher indígena que já habitava o país possuía costumes completamente diferentes das mulheres portuguesas. A depender da tribo que fizesse parte, a mulher indígena era designada a ser escrava do seu marido ou ter o direito de possuir terras e chefiar a tribo. E, quando o português se deparou com essa realidade, logo teve um esforço para fazer com que isso não fosse algo socialmente aceitável para aquelas que estavam a caminho do país (TELES, 1993).

A diferença de costumes encorajou o português a se apropriar da mulher indígena que, antes de se tornar escrava, virou uma concubina. Já a mulher portuguesa que havia chegado ficava à mercê das regras que eram ditadas pelo homem no novo território explorado. E, para que fosse povoado, o papel da mulher era casar com alguém que o seu pai escolhia e gerar filhos (TELES, 1993).

Com isso, para a mulher branca restava apenas um destino: procriar. Quando a mulher se revoltava quanto a isso e possuía condições financeiras favoráveis, era enviada para um convento. Caso recebesse seu destino de bom grado, suas atividades se resumiam em cozinhar, lavar e bordar. Atividades como escrita, leitura, economia e debate sobre assuntos relacionados à política eram só o homem poderia fazer (BEZERRA, 2017).

A educação da época estava nas mãos da igreja Católica e o esforço para fazer com que a mulher nunca saísse desse cenário de submissão era um dos motivos que unia o homem a igreja. A exemplo disso, um dos ensinamentos de Santo Ambrósio deixados no século IV e que repercutiu na sociedade da época, é que Adão só pecou por causa de Eva e que por isso, a mulher deveria se manter submissa pois a presença da mulher levava o homem a tomar decisões erradas que colocaram em risco o rumo da sociedade (TELES, 1993).

Um fato é que a riqueza produzida pelo Brasil Colônia era de mãos escravas, negras e indígenas. A mulher negra que ficasse encarregada dos serviços domésticos, era submetida aos desejos sexuais do seu senhorio e, além disso, tinha que lidar com as esposas cheias de vingança e ciúmes. Mesmo com essa realidade lastimável e injusta, a escrava era vista com inveja por aquelas que ficavam no campo, pois possuía um melhor tratamento (BEZERRA, 2017).

Uma tática usada pelos donos de terra era separar os casais negros e misturar as tribos, já que os idiomas eram diferentes entre as tribos, o que dificultava a comunicação e conseqüentemente a fomentação de revoltas. A escrava que desempenhava atividades domésticas tinha um papel crucial para o entendimento do dialeto e das regras portuguesas. De forma geral, tanto a mulher negra e escrava, quanto a branca, condicionada a ser dona de casa, eram movidas por um propósito em comum: a política (BEZERRA, 2017).

É nesse contexto que se deu a participação política da mulher no Brasil Colônia. Enquanto os quilombos eram formados, as escravas domésticas tinham sua condição ainda mais complicada pois eram cada vez mais severamente aprisionadas no regime escravocrata e, com o crescimento dos quilombos, o objetivo era tornar o Brasil um país independente de Portugal (TELES, 1993).

Durante século XVIII, as expedições chamadas de Bandeiras eram organizadas pelos senhores de engenho e visavam a busca por riquezas e por índios para serem vendidos como escravos, já que o número de negros em fuga estava aumentando. As mulheres que ainda estavam dentro do regime escravocrata e não conseguiram fugir para os quilombos, participavam ativamente servindo os senhores tanto nos afazeres domésticos quanto sexualmente, enquanto as esposas ficavam em casa (BEZERRA, 2017).

No final do século XVIII, as Bandeiras passaram a ter o objetivo de tornar o Brasil independente de Portugal, enquanto isso a Europa vivia a Revolução Industrial. Com todo o avanço tecnológico, ainda era necessário mão de obra e matéria-prima. O Brasil poderia oferecer isso mas ele ainda sendo uma colônia de Portugal, tudo era encarecido e assim, a

Inglaterra passou a fazer uma pressão para que o Brasil fosse independente, não deixando outra saída para D. Pedro I, em 1822 (TELLES, 1993).

As ideias liberais, o desejo por conhecimento, a motivação para construir uma identidade própria semelhante ao que a Europa vivia, chegou ao Brasil, motivando as mulheres que passaram a reivindicar o direito à educação. Em 1827, com a promulgação da Lei Geral da Instrução Pública, um novo modelo de ensino entrava em vigor e permitia às meninas estudarem até o primeiro grau. O segundo grau em diante era apenas para meninos e as aulas eram separadas, para as meninas, era ensinado atividades como pintar, bordar e cuidar da casa e da família (TELES, 1993).

A opressão na sala de aula se refletia desde as alunas até as professoras que ganhavam salários inferiores ao homem. Além disso, as professoras que se recusaram a ministrar aulas sobre afazeres domésticos eram expulsas da instituição de ensino. O número de escolas para meninas era inferior ao número de escolas para meninos, em 1850 na cidade do Rio de Janeiro, havia 26 escolas, das quais apenas 9 eram femininas. Foi somente em 1881 que a mulher conquistou o direito de ingressar no ensino superior (TELES, 1993).

Em 1850 outro fato importante aconteceu: a proibição do tráfico negreiro. Isso não significou a abolição da escravatura, o que fez com que em 1870 as mulheres brasileiras passassem a se reunir em locais distintos para discutir o assunto, com a mesma crença das mulheres da Europa: ter sua liberdade assegurada pela libertação dos povos escravizados (MOTTA, 2022).

As reuniões femininas chamaram a atenção da imprensa brasileira que as classificou como Sociedades, a exemplo, a Sociedade da Libertação e a Redentora no Rio de Janeiro e a Sociedade Ave Libertas no Recife, em Pernambuco. Nenhum movimento desse obteve êxito, mas impulsionou a criação de pensamentos inovadores dentro da sociedade. Somente 33 anos depois, que em 13 de maio de 1888, a princesa assinou a Lei Áurea garantindo a abolição da escravatura. Além disso, com os avanços tecnológicos e a fonte de mão de obra sendo mudada, o país se viu numa nova fase (MOTTA, 2022).

Algumas mulheres foram bem importantes nesse período. A primeira mulher feminista brasileira a ter seus pensamentos publicados foi Nísia Floresta. Ela defendia a abolição, a instauração da República e a educação igualitária para as mulheres. Nísia em 1838 fundou um colégio só para meninas, no Rio de Janeiro. Em 1852 traduziu a obra *Direito das Mulheres e Injustiça do Homem* de Wollstonecraft. Suas ideias eram consideradas uma afronta a sociedade e, no mesmo ano, foi exilada para a Europa, onde se tornou amiga pessoal

de Augusto Comte. Nísia não chegou a ver a promulgação da Lei Áurea, pois faleceu em 1885 na França (MOTTA, 2022).

Outro nome importante para a época foi o de Narcisa Amália, seguidora e admiradora de Nísia Floresta. Narcisa publicava seus pensamentos arduamente nos jornais, ela chegou a ter um jornal feminista *A Família* denunciando a escravidão e a condição da mulher da época. Foi criticada de forma severa e acusada de atentar contra o “pudor” das mães brasileiras. Narcisa morreu em 1924 (TELLES, 1993).

Chiquinha Gonzaga foi outra figura importantíssima para o feminismo na época. Ela nasceu em 1847 e em 1860, aos 13 anos, foi obrigada por seu pai a casar com seu primeiro marido, com o qual teve 5 filhos. Chiquinha compôs a marchinha de carnaval que é tocada até os dias de hoje nos carnavais, intitulada de *Oh Abre Alas* (1899). Sendo a primeira mulher negra a ter um título de sucesso no Brasil, seu marido não aprovava seu talento musical. Isso era motivo de briga entre o casal e acabou resultando em uma separação (ROCHA, 2013).

O divórcio na época representava desonra e Chiquinha não se abalou, encontrou outro marido mas ainda assim, por infortúnio do destino o novo marido também não apoiava a participação dela na música. Ela continuou propagando suas ideias abolicionistas e, com a proclamação da República em 1889, ela criticou os rumos que o governo brasileiro estava tomando. Em 1917 fundou a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (TELLES, 1993).

Nesse novo contexto, iniciando um novo século, uma mentalidade nova foi tomando o lugar que antes era ocupado pelos senhores de engenho. A mão de obra não podia ser mais escrava e sim assalariada. A necessidade de se criar uma nova identidade brasileira para impulsionar o desenvolvimento econômico do país se deu pela construção de novas cidades, ampliação dos meios de transporte e pelo incentivo ao comércio (MOTTA, 2022).

As ideias europeias impactaram o país, assim também o Feminismo. As mulheres recorriam ao jornal, principal veículo de comunicação da época, para compartilhar suas ideias. Dentro da América Latina, o Brasil se tornou o país onde mais existiu mídia feminista circulando na sociedade. Só que isso não representou um progresso considerável ao movimento pois em 1900, 71% da população brasileira era analfabeta e granulando esse dado, no Rio de Janeiro representavam 29,3% da população, desses apenas 11,5% era alfabetizada (CORDEIRO, 2005).

Antes da luta pela conquista do direito ao voto na Europa se iniciar, as mulheres Chilenas já haviam lutado por isso porém, em 1884 foram veementemente proibidas de votar, já que as mulheres nas constituições da América Latina não eram nem consideradas cidadãs. Ainda que as revistas feministas do início do século XX tenham noticiado os movimentos que

estavam acontecendo na Europa, abordando diversos temas como maternidade, saúde, direitos das mulheres, o analfabetismo da sociedade servia como um forte empecilho ao avanço dos movimentos sociais (CORDEIRO, 2005).

Com a República implantada no Brasil em 1889, alguns direitos da mulher foram debatidos na criação da Constituição de 1891, intitulada nos dias atuais de Constituição Brasil República. Esta entrou em vigor dois anos após a proclamação da República. Um projeto criado pelos futuros presidentes Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa para a inclusão da mulher com eleitora não foi aprovado (JARDIM, 2003).

A Constituição de 1891 garantia o direito ao voto apenas para homens maiores de 21 anos. Dentro dessa margem eram excluídos os analfabetos, mendigos, homens que estavam no exército mas ainda eram alunos, religiosos de qualquer congregação ou religião que tenham feito algum tipo de voto renunciando a liberdade e os homens que foram classificados como incapazes de se alistar (PLANALTO, 2023).

A exclusão da mulher desse texto não foi meramente esquecimento. A mulher de fato não era considerada uma cidadã, quando o legislador usou o substantivo “cidadão” não foi de forma geral e sim, se referindo aos homens. Essa forma escolhida em uma análise social era uma clara evidência de que a mulher sempre foi excluída da sociedade e isso durou pelos próximos 40 anos, até a promulgação de uma nova Constituição Federal em 1934 (CORDEIRO, 2005).

Como um sinal de revolta a isso, em 1910 um grupo de mulheres criou o Partido Republicano Feminino. Esse partido é de grande importância para o movimento feminista porque era composto de mulheres que não só não eram reconhecidas como cidadãs, como não possuíam o direito de votar. TELLES, 1993).

A República Brasileira do final do século XIX estava longe de ser uma realidade com raízes profundas e realmente republicanas. Mesmo que tenha sido motivada por uma luta contra a oligarquia, a república desse período era muito mais federalista que uma república em si e foram nessas condições em que o país foi governado, até a década de 30 (TELLES, 1993).

Durante esse período, a realidade burguesa foi mudando e a crescente onda tecnológica, juntamente com o aumento no número de fábricas, impulsionou a exploração da mão de obra local que vivia com salários miseráveis e com horas intermináveis de trabalho. A abolição da escravidão em 1888 motivou ainda mais essa exploração porque serviu de motivação para condicionar aos negros aos piores serviços e os de mais baixa remuneração, enraizando ainda mais o preconceito (CORDEIRO, 2005).

Enquanto o homem negro, agora livre, tinha que se submeter a essas condições lamentáveis, a mulher negra tinha que arrumar uma forma de conseguir alimento para os seus filhos, quando raramente conseguia algum trabalho remunerado. A realidade era diferente para a mulher branca operária, que conseguia trabalho remunerado porém era submetida a jornadas excessivas e baixa remuneração (CORDEIRO, 2005).

Em 1906 houve uma revolta em São Paulo, na Fábrica de São Bento em Jundáí, os trabalhadores se uniram e entraram em greve exigindo melhores condições de trabalho e aumento de salário. Três operárias se uniram e assinaram um manifesto divulgado pelo jornal *Terra Livre*, exigindo a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. O caso repercutiu na sociedade e garantiu vitória unicamente para os homens que agora passariam a trabalhar por 8 horas diárias e a mulheres por 9 horas e meia (MOTTA, 2022).

Isso causou uma revolta ainda maior e em 1907 mais greves ocorreram, com participação majoritariamente feminina, sendo a maior reivindicação a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Algumas profissões obtiveram sucesso, menos as costureiras. Mesmo assim, as mulheres não se contentaram e, em 1917, houve uma grande greve em São Paulo, causando prisões e mortes, repercutindo ainda mais na sociedade, que conquistou a proibição do turno de trabalho noturno para mulher e pessoas menores de idade (MOTTA, 2022).

Nesse mesmo ano, a professora Deolinda Dalho fundou o Partido Republicano Femino que defendia expressivamente a entrada da mulher na política. As mulheres se viram na necessidade de se unir, pois sabiam que esse direito só poderia ser conquistado com a união feminina e com manifestações de insatisfação. Unindo aproximadamente 100 mulheres, o movimento não obteve sucesso (TELLES, 1993).

Esse partido é de grande importância para o movimento feminista porque era composto de mulheres que não só não eram reconhecidas como cidadãs, como não possuíam o direito de votar. A revolta feminina estava clara, as mulheres não queriam criar um clube ou uma reunião e sim, mostrar que eram capazes de estar na política, ainda que de forma ilegal, lutavam pela independência e pelo fim da exploração sexual além de claro, o direito ao voto (CORDEIRO, 2005).

O Partido não obteve sucesso em nenhuma das suas pautas mas, novamente, as mulheres não desistiram de lutar por seus direitos. Em 1919, uniram 30 mil pessoas na grande São Paulo para lutar pela redução da carga horária de trabalho para 8 horas diárias. Dessa vez uma nova pauta entrava em vigor de forma agressiva, a igualdade salarial (TELLES, 1993).

Com isso, o Brasil estava sofrendo algumas transformações importantes, uma nova cultura longe da oligarquia estava nascendo no país, pautada na classe média e longe da classe operária. Isso se refletiu na derrota de Rui Barbosa nas duas tentativas de se tornar presidente do país entre 1910 e 1919, sendo uma prova suficiente de que na sociedade brasileira existiam pessoas que estavam defendendo direitos e liberdades e parte disso, se refletiu nas greves operárias de 1917 até a fundação do Partido Comunista em 1922 (TELLES, 1993).

Ainda nesse período, o Feminismo brasileiro ganha uma face conservadora com a união de Maria Lacerda de Moura e Bertha Luz, ambas professoras, que juntas fundaram a Liga para Emancipação Internacional da Mulher em 1922, com o objetivo de conquistar a entrada da mulher na política. Esse movimento atingiu o Brasil inteiro pois não considerava a condição da mulher como um problema do homem, ou seja, para a mulher ter seus direitos garantidos, não precisava mexer na condição masculina (CARMO, 2020).

Bertha Luz promoveu também, em 1922, o Primeiro Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro e fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) que se tornou a mais importante e conhecida organização feminista da época. Há relatos que a Federação motivou a criação de subgrupos em Minas Gerais, Bahia, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Norte e Ceará. O mais impressionante nisso é que mesmo com todas as dificuldades de comunicação, a FBPF conseguiu um padrão elevado de compartilhamento de pensamentos relacionados aos direitos da mulher (CORDEIRO, 2005).

O núcleo das mulheres que faziam parte da FBPF era em sua maioria elitistas, mulheres que passaram um bom tempo no exterior e que sabiam falar mais de 2 idiomas. Isso agradava a sociedade conservadora, pois essas mulheres possuíam uma arrogância dotada dos aprendizados que tiveram durante o tempo que passaram fora do Brasil. Além disso, muitas mulheres eram filhas de condes e baronesas (CORDEIRO, 2005).

Entre elas estavam a presidente da Associação Americana das Mulheres, uma representante da Aliança Holandesa dos Sufrágios, Jerônima Mesquita que era filha dos barões do Bonfim, Ana Amélia, que era filha do proprietário da Siderúrgica Esperança e Maria Eugênia, neta do visconde de Ouro Preto. Vale salientar também que a própria Bertha Luz passou cerca de 20 anos morando na Europa (TELLES, 2003).

Se por um lado esse feminismo tinha uma veia conservadora forte e agradava a sociedade de forma geral, outras vertentes foram surgindo a partir disso. A primeira é o feminismo difuso da imprensa alternativa, que divulgava os pensamentos de mulheres letradas com uma posição social favorável que não tem interesse em incluir a mulher na política e sim na educação. Contudo falam de temas polêmicos como o divórcio e assuntos relacionados à

sexualidade, mencionando o interesse masculino em oprimir a mulher para continuar como um ser dominante (JARDIM, 2003).

A segunda vertente é a do movimento anarquista do Partido Comunista. Nessa a classe operária se faz mais presente, assim como também a extrema esquerda. O feminismo anarquista defende a liberdade da mulher de forma radical, sendo o trabalho o assunto principal, fazendo um paralelo entre a condição da mulher e o capitalismo. O movimento que mais desagradou a sociedade da época, tinha a sua frente Maria Lacerda de Moura (JARDIM, 2003).

Acompanhado ao surgimento dessas vertentes, o Feminismo se mostrava um movimento sério, as mulheres não estavam atrás de encontrar deputados para oferecer propostas políticas, elas queriam mostrar a realidade e impactar pessoas. O uso frequente dos jornais, a união em movimentos públicos e a realização de passeatas comprovaram que o principal objetivo era transformar a opinião pública em uma vantagem inigualável (TELLES, 1993).

Com a opinião pública ao seu favor, em 1927, as mulheres da FBPF levaram ao Senado um abaixo-assinado com 2000 assinaturas de mulheres ao redor de todo o Brasil. No documento estava escrito as opiniões das líderes da Federação e ratificando ainda mais a estratégia usada pelo movimento, o que é historicamente bastante impactante visto que no país da época havia ainda mais falhas e dificuldades nos meios de comunicação, alinhado ao fato de que mais da metade das mulheres eram analfabetas e viviam presas as atividades domésticas (JARDIM, 2003).

Não conseguindo a atenção do Senado e tendo seu baixo-assinado desconsiderado, Bertha Luz mobilizou o apoio a candidatura de Juvenal Lamartine para governador do estado do Rio Grande do Norte. Lamartine foi o primeiro político brasileiro a prometer que caso fosse eleito, iria garantir a implementação do voto feminino. Bertha Luz se uniu a Carmem Portinho, engenheira e arquiteta brasileira, para unir forças para fortalecer a campanha e as duas saíram espalhando panfletos pelo Rio de Janeiro e dando entrevistas a jornais (TELLES, 1993).

Lamartine conseguiu se eleger e, em 25 de novembro de 1927, o Rio Grande do Norte se tornou o primeiro estado brasileiro a instituir o direito ao voto para mulheres. Isso abriu as portas para que mulheres do país inteiro fossem até o estado para tirar seu título de eleitor, em grande maioria professoras, jornalistas e advogadas. Essa foi a primeira grande vitória da FBPF (TELLES, 1993).

O grupo em sua grande maioria era de mulheres letradas, sendo a maioria composta por professoras, advogadas e jornalistas. Também faziam parte: a primeira médica do Brasil, Francisca Fois, a primeira aviadora do Brasil, Anésia Machado e a primeira engenheira, Carmem Portinho. Era portanto um feminismo culto e socialmente aceito pois o respaldo era assegurado pela intelectualidade das participantes (JARDIM, 2003).

A luta pela conquista do voto feminino se encerrou em 1932, quando um novo Código Eleitoral foi promulgado, incluindo as mulheres como eleitoras em todo o território nacional. O artigo 2º do Código estabelecia que todos os maiores de 21 anos, independentemente do sexo, poderiam votar. Mesmo com seu principal objetivo alcançado, a Federação não baixou a guarda e em uma tentativa frustrada de incluir Bertha Luz como Constituinte de 1932, foi um fator motivador para a organização fortemente hierarquizada (KARAWEJCZYK, 2013).

Uma organização mais elaborada da Federação conquistou ainda mais a opinião pública e em 1936, Bertha Lutz se tornou suplente na eleição Constituinte e conseguiu assumir a cadeira de um deputado que faleceu. Lutz aproveitou da sua nova posição para promover a terceira edição do Congresso Nacional Feminista, dentro da pauta do congresso estavam a pressão ao Legislativo para aumentar os direitos da mulher (KARAWEJCZYK, 2013).

A terceira edição do Congresso não teve nenhum progresso pois com o golpe de 1937 a FBPF perdeu totalmente seu espaço de fala e mesmo em 1945 com a redemocratização, a Federação não conseguiu mais se alocar no cenário brasileiro. Com isso, um novo feminismo só foi nascer na época da ditadura em 1964 a 1985 (PEREIRA, 2022).

Em 1960 enquanto o Brasil estava a vésperas do golpe militar, o mundo estava vivendo acontecimentos distintos. O feminismo estava renascendo nos Estados Unidos e dessa vez com ligações diretas a política. O fim das guerras do Vietnã e da Coreia foram motivos para tornar o *american way of life* extremamente popular, o incentivo ao consumo de bens duráveis, reforçava em caráter de aprovação as mulheres que se dedicavam a família, intitulado-a como uma mulher superior das demais (KARAWEJCZYK, 2013).

Se por um lado o *american way of life* era reforçado nos Estados Unidos, a realidade brasileira era totalmente diferente. O país estava se dividindo em dois, um lado estavam os conservadores, os grandes empresários e a classe média representados pela União Democrática Nacional, unidos pelo anticomunismo com associação explícita às Forças Armadas. Por outro, a esquerda, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), da qual faziam parte os operários, estudantes, intelectuais e possuía uma grande veia na Igreja Católica (PEREIRA, 2022).

O período militar foi um regime opressor marcado por uma violência latente e gritante na sociedade, com cassação de direitos, censura, torturas, prisões políticas, exílio e desaparecimento de pessoas. Qualquer participação ou manifestação política individual representava uma ameaça extrema à vida. Em 1969, com o governo de Médici, essa situação se agravou. A violência e a censura deixaram de ser algo meramente político e entraram como questões morais e de costumes daqueles que haviam dominado o poder (PEREIRA, 2022).

Ou seja, enquanto na década de 60 os Estados Unidos passavam por uma série de mudanças culturais e de costumes, no Brasil o cenário era de ditadura, guerra e opressão. Mas uma coisa os dois países tinham em comum: o surgimento de movimentos organizados por mulheres. No Brasil, esses movimentos não tinham o objetivo de questionar o homem, mas sim de mostrar que a mulher poderia ter opiniões diferentes. (KARAWEJCZYK, 2013).

Os movimentos de mulheres que aconteceram nessa década, não podem ser considerados feministas, porque as pautas dos movimentos eram sobre o alto preço de produtos nos supermercados, melhoria nas estruturas das escolas, dos postos de saúde e nas creches, não eram questões relacionadas à mulher. Desses movimentos faziam parte associadas da elite e da classe média a Federação de Mulheres do Brasil (FMB) com forte influência do Partido Comunista, ainda que camuflado pela opressão política e por operárias das classes mais baixas (KARAWEJCZYK, 2013).

Ainda que as manifestações não tenham sido diretamente ligadas ao feminismo, elas davam liberdade para mulheres lésbicas, de classes inferiores, intelectuais que lutavam contra a ditadura, um local seguro para compartilhar suas ideias e estimular a volta da luta pelos direitos das mulheres. E, foi assim que o feminismo brasileiro nasceu: em um cenário extremamente violento que requisita a administração de um paradoxo cheio de tensões (ALVES, 1980).

As participantes veteranas do nascimento do feminismo no Brasil eram em sua grande maioria militantes que estavam envolvidas ou tinham simpatia pela luta contra a ditadura, alguns ainda foram presas ou exiladas. A anistia e a reforma partidária em 1979 fizeram com que o movimento enfrentasse uma realidade ainda mais complicada, pois agora precisava lutar com o fato de que as mulheres estavam divididas entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (PEREIRA, 2022).

Se por um lado, a questão da desigualdade socioeconômica era latente desde antes do regime militar e as mulheres haviam protestado contra isso durante a ditadura, por outro, a questão da desigualdade entre homens e mulheres era uma realidade também histórica. Nesse

contexto, o feminismo brasileiro passa a ser classificado como um movimento que luta por liberdade em um contexto extremamente marcado pela política (PEREIRA, 2022).

Em 1972, aconteceram dois eventos que podem exemplificar o contexto contraditório do feminismo da época, o primeiro foi promovido pela advogada Romy Medeiros, o Conselho Nacional da Mulher marcando oficialmente a transição entre o velho e o novo feminismo e o segundo foram reuniões quase que privadas de grupos de mulheres no Rio de Janeiro e em São Paulo (PIMENTA, 2010).

Medeiros foi responsável por liderar iniciativas institucionais em defesa das mulheres em conjunto com o Congresso Nacional em 1949. Ela defendia uma mudança constitucional para as mulheres casadas, pois elas tinham a sua cidadania controlada pelos maridos que podiam proibir a mulher de trabalhar ou viajar para fora do país. Depois de quase 15 anos, em 1962 foi aprovado o Estatuto da Mulher Casada (PIMENTA, 2010).

Romy Medeiros, assim como Bertha Lutz, era uma pessoa bem relacionada politicamente, possuía contatos com militares e intelectuais. Com a sua influência conseguiu juntar pessoas de classes variadas, com perspectivas distintas. Romy conseguiu o patrocínio da Coca-Cola e da Bemfam para que o evento acontecesse. Com isso, o feminismo estadunidense finalmente tinha pousado no Brasil (TELLES, 1993).

O segundo evento foi marcado pelas uniões que ocorriam em São Paulo e no Rio de Janeiro. Há relatos que as reuniões não se limitavam a essas cidades mas ocorriam no Brasil inteiro. O fato de não haver dados, diz muito sobre a importância e o nível de proporção que as reuniões foram tomando, em São Paulo, para que uma mulher pudesse participar das reuniões precisava ser convidada por uma integrante previamente registrada. Nesse sentido, podemos notar que a opressão da ditadura militar se refletia no cuidado com a escolha das mulheres que viriam a se tornar integrantes do grupo (TELLES, 1993).

No Rio de Janeiro, as reuniões eram organizadas por Branca Alves, ela havia acabado de chegar dos Estados Unidos e usou da sua experiência dos movimentos feministas estadunidenses para aplicar no Brasil. Mas, quando chegou ao país, viu que a realidade era completamente diferente. A princípio as reuniões eram tímidas e a principal pauta era debater a literatura brasileira, faziam parte a mãe de Branca e um grupo católico. Com a derrota da esquerda e a crescente onda de violência, existia um vazio político enorme que pairava no centro das reuniões (COSTA, 1974).

As mulheres tinham medo de falar das suas questões, as falas eram sempre em tom de desculpa e muito cuidado. Para elas, o Brasil estava vivendo uma situação política muito mais preocupante e que elas não deveriam falar sobre questões feministas e sim sobre ações

políticas. Enquanto no resto do mundo ocidental, as mulheres debatiam temas sobre sexualidade, corpo, prazer, sociedade e direitos, as brasileiras possuíam muita dificuldade de falar sobre os temas (ABREU, 2013).

Outro grupo extremamente importante da época, também fundado em 1972 foi o Grupo Latino-Americanas de Mulheres, fundado por Danda Prado. Danda foi uma militante auto-exilada, morando em Paris, ela se inspirou nos movimentos feministas que ali aconteciam. Usou do seu conhecimento para unir mulheres exiladas de diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, o Grupo teve um sucesso extraordinário e chegou a reunir cem mulheres (ABREU, 2013).

Porém, o grupo não agradou nem a extrema direita e nem a extrema esquerda masculina, os homens da esquerda passaram a ver no Feminismo uma ameaça latente pois, poderia tirar o foco da luta contra o capitalismo e colocava em risco a posição de homens que exerciam postos de poder dentro das organizações militantes. Para os da direita, o feminismo muito antes disso já não era visto como algo positivo, só passou a ser menos ainda (ABREU, 2013).

O embate político entre o Grupo Latino-Americanas de Mulheres e os homens da extrema esquerda chegou à Frente de Brasileiros no Exílio que ameaçou cortar fundos financeiros de suporte para as famílias que tivessem integrantes no Grupo que acarretou no fim do grupo em 1976. (ABREU, 2013).

Em 1975, um novo general tomava o lugar de Médici assumindo o governo, Geisel pretendia trazer uma nova configuração política para o país: uma disruptura da política gradual e controlada. Porém, para o feminismo que até então era resumido a reuniões secretas, o que marcou mesmo foi a decisão da ONU de definir o ano como o Ano Internacional da Mulher realizando no México uma conferência da mulher, conforme imagem abaixo (ONU, 2014).

Figura 5 – I Conferência Mundial da Mulher



Fonte: ONU Mulheres, 2014.

Com isso, o Feminismo ganhou um novo *status* tanto com a extrema esquerda quanto com a extrema direita, a Conferência promovida pela ONU serviu de impulso para que o movimento atingisse a esfera pública e política novamente no Brasil. Com isso, as mulheres passaram a se articular para debater questões femininas. Vale salientar que o feminismo só ganhou voz novamente aproximadamente 35 anos depois dos eventos que eram promovidos por Bertha Lutz (ONU, 2014).

A ONU não manteve só suas ações no México como também no Brasil, patrocinando o primeiro movimento que comprovou a volta do feminismo, promoveu um evento que marcou o Ano Internacional da Mulher realizado no Rio de Janeiro, intitulado de *O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira*, o evento foi organizado pela junção de dois grupos distintos de mulheres (TELLES, 1993).

Esses dois grupos além de distintos, eram informais e estritamente seletivos, o medo da repressão causado pelo governo vigente era tamanho e foi uma característica marcante do movimento. Isso não intimidou as mulheres que se uniram em busca do apoio da ONU para promover o encontro, um depoimento de uma das organizadoras reflete os anseios e as ações que foram tomadas para combater a violência e a repressão ao encontro:

Em todo o caso, de repente se formou uma comissão de umas dez pessoas, entramos em contato com Carmem da Silva e as reuniões foram para frente. Muita gente não quis participar com medo da repressão, apesar de termos conseguido um verdadeiro documento assinado pela ONU. Também pusemos um momento de homens na programação, porque era indispensável na época fazer alguma coisa pública sem ser mista, e inventamos o nome pomposo de 'Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira' para não usar o termo 'feminismo', que assustava as pessoas. (DESCONHECIDO, 1975 *apud* TELLES, 1993)

Os cuidados e a preocupação com uma possível intervenção militar deram ao evento um sucesso tremendo, isso impulsionou as mulheres a institucionalizar o movimento com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), a proposta era fundar um centro com o objetivo de apoiar e fazer estudos, pesquisas e análises sobre a mulher, com um departamento exclusivo para ações comunitárias (MARQUES, 2014).

O Centro nasceu em clima constante de possíveis ameaças da extrema direita e da extrema esquerda. Se por um lado a extrema direita poderia sentir que o Centro tinha caráter esquerdista, por outro, a extrema esquerda temia que as atividades do Centro pudessem impactar negativamente a luta contra o sistema. Vale ressaltar que o feminismo na visão da

extrema direita nunca foi considerado uma ameaça mesmo que nunca tenha declarado apoio ao regime militar (MARQUES, 2014).

O Centro era frequentemente sujeito a vigilância por ambos os lados, o que resultou em conflitos internos entre as mulheres envolvidas. Algumas defendiam a abordagem centrada nas questões específicas das mulheres, o que as unia, enquanto outras acreditavam que as pautas deveriam se concentrar exclusivamente nas questões da classe trabalhadora (MARQUES, 2014).

Para essas últimas, isso era mais relevante, pois consideravam que as mulheres que estavam no mercado de trabalho enfrentavam mais dificuldades do que aquelas com melhores condições socioeconômicas que não trabalhavam. Isso levava-as a argumentar que as pautas deveriam ser exclusivamente focadas nessas trabalhadoras. (MARQUES, 2014). Outro depoimento de uma mulher integrante do Centro deixava claro a realidade enfrentada:

Todas aqui no Centro se dizem feministas mas defendiam um feminismo diferente dos que a gente vê nos países desenvolvidos: aqui, trata-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa é mais importante do que a nossa, já que temos comida, casa e instrução. É engraçado, tem gente que sai vomitando se falar em aborto, não se pode falar em problemas pessoais, todas se dizem bem e felizes, quem tem problemas é as operárias, as outras mulheres, uma total falta de sintonia com a realidade. (DESCONHECIDA, 1975, *apud* TELLES, 1993)

O conflito foi tamanho que inativou o Centro em 1979. Por um lado as mulheres conservadoras, filhas do feminismo de Bertha Lutz e por outro as mulheres de extrema esquerda que acreditavam que as atenções deveriam estar voltadas para elas e para questões socialmente inaceitáveis como o corpo, aborto, sexualidade, divórcio e métodos contraceptivos (MARQUES, 2014).

Em 1979, o Brasil começou a dar os primeiros passos em direção ao fim da ditadura e o feminismo foi muito importante para esse momento. Com a anistia política, as mulheres que foram exiladas estavam voltando para o Brasil cheias de ideias com novas formas de pensar sobre a condição feminina, onde as funções que eram exclusivamente da mulher como cuidar da casa, dos filhos e do marido, não cabiam mais (MARQUES, 2014)

Isso atingiu a classe operária que foi motivada a expor suas ideias em ciclos cada vez maiores, isso resultou na criação do I e II Encontro da Mulher que Trabalha em 1977 e em 1978 no Rio de Janeiro e o I Congresso da Mulher Metalúrgica em São Paulo. Um fato é que a década de 70 foi marcada por movimentos que lançaram às mulheres a oportunidade de

expressar suas ideias, ainda que com muitas limitações, foi de importância avassaladora para o que se sucedeu nas décadas seguintes de redemocratização (TELLES, 1993).

O início da década de 80 trouxe consigo uma leva importante de ex-militantes da ditadura militar da década de 60, mas o presidente da República ainda era escolhido pelos militares com mais estrelas. Com o decreto do AI-2, o país se viu ainda mais dividido. O AI-2 tinha o objetivo de extinguir os partidos políticos, estabelecer um sistema bipartidário e concentrar poderes executivos para restringir a pluralidade política e a supressão da oposição, para consolidar o poder dos militares (PLANALTO, 1965).

A divisão entre as feministas ocorreu entre os partidos PT e PMDB, onde as questões políticas se tornaram dominantes no movimento. Com o avanço da redemocratização ao longo da década, surgiram vários movimentos feministas, destacando-se a conquista de espaços institucionais por meio dos Conselhos da Condição da Mulher (CCM) e das Delegacias da Mulher, a maior representação feminina em cargos eletivos e o surgimento de novas formas de participação política (MARQUES, 2014).

A criação de conselhos nunca foi vista como algo positivo em nenhum país do mundo pois compromete a autonomia do movimento, no Brasil isso aconteceu porque o cenário político era instável e perigoso. De certa forma, isso garantia às mulheres uma segurança para debater questões feministas, para isso, só restava uma solução: concorrer a cargos eleitorais (PINTO, 2003).

Com isso, novamente o feminismo no Brasil volta a ser o de Bertha Lutz, altamente conservador e bem institucionalista. Isso desagradou à esquerda pois a forma que as mulheres eram eleitas para cargos burocráticos ou de Conselhos se dava pela escolha dos políticos de cada estado, fazendo com que o foco principal do feminismo perdesse o sentido (PINTO, 2003).

De 1985 a 1989, o Conselho Nacional da Mulher (CNDM) tratou de todos os temas relacionados ao feminismo, desde questões em comum como a luta por creches até questões relacionadas à sexualidade e à reprodução. Porém, foi somente com a promulgação de 1988 que o CNDM teve sua atuação com mais sucesso (PINTO, 2003).

A persona da bancada feminina no Congresso Nacional no governo de 1986 a 1990 foi um reflexo do que tava acontecendo no período, foram eleitas 26 mulheres de diferentes partes do país. Esse número representava apenas 5,6% da Câmara dos Deputados e as regiões Norte e Nordeste foram as que mais elegeram mulheres. Ao contrário do que se era esperado, a região Sudeste tida como a mais desenvolvida, foi a que menos elegeu (PINTO, 2003).

No caso da região Sudeste, a maioria das mulheres eleitas eram de partidos de direita, foram 9 do Partido Frente Liberal e 2 do Partido Democrático Social, esses partidos não possuíam relação nenhuma com o feminismo e tinham pouca preocupação com questões relacionadas ao direito das mulheres. Dentro desse escopo, apenas a deputada Moema Santiago possuía atuação pública mas paralelo a isso, apesar de ser eleita no Sudeste, tinha fortes relações com o Ceará (PINTO, 2003).

Ainda que com visões e características diferentes, as mulheres tiveram uma trajetória de sucesso, conseguiram apresentar 30 emendas relacionadas aos direitos das mulheres que nelas continham as reivindicações do movimento feminista que foi visto anteriormente. Paralelo a isso, a socióloga e diretora da CNDM Jaqueline Pitanguy mobilizava ações para reforçar a importância das emendas junto com as deputadas tornando a CNDM peça fundamental para os trabalhos realizados pelas constituintes (PINTO, 2003).

Pitanguy foi responsável por elaborar a *Carta das Mulheres*, essa carta foi escrita em Brasília, mas com participação de várias mulheres espalhadas ao redor do Brasil. A Carta se tornou o documento mais importante do feminismo contemporâneo, dividida em duas partes, no geral, o documento defendia questões relacionadas a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS, o ensino público e gratuito para todos os níveis escolares, reformas agrárias e tributárias, negociação da dívida externa, direitos da mulher relacionados a trabalho, saúde, direito à propriedade e sociedade conjugal (PINTO, 2003).

Outra parte da carta também era igualmente relevante, ela abordava questões relacionadas a violência contra a mulher, defesa da integridade física e psíquica da mulher e chamava atenção para questões relacionadas ao estupro e ao estuprador. Na carta também foi escrito questões relacionadas ao aborto, a intenção não era legaliza-lo, mas dar a mulher o direito de conhecer o próprio corpo e fazer com ele o que quiser. O documento ainda solicitava a criação de Delegacias para mulheres em todo o território nacional (PINTO, 2003).

A influência da CNDM sobre o aborto foi tão grande que se antes o aborto era proibido mesmo em casos de estupro, agora com a campanha nacional promovida pelo Conselho, o aborto passou a ser permitido para esses caso. O feminismo da década de 80 foi marcado pela atuação das mulheres presentes da Câmara com parceria externa do CNDM que conseguiu atingir com mais impacto as vias públicas e sociais do país (PINTO, 2003).

Na Assembleia Constituinte de 1987, as mulheres conquistaram feitos históricos, foram apresentadas 122 emendas que somaram 12.265.854 assinaturas das quais 4 eram tinham pautas sobre os direitos das mulheres promovidas por três entidades, a Federação das Associações de Bairro de Salvador, a Associação de Moradores de Plataforma e a Associação

de Mulheres de Cosme de Farias. Das 4, 3 foram promovidas por associações e grupos feministas que dentre 12.265.854, conquistaram 243.068 assinaturas (PINTO, 2003).

Entre as propostas apresentadas estava a aposentadoria para dona de casa, justificando que atividades domésticas deveriam ser consideradas um trabalho e a aposentadoria serviria como um reparo a essas mulheres que foram impossibilitadas de entrar no mercado de trabalho. O fato da emenda ter sido a maior em número de assinaturas, somando 132.528, demonstra uma realidade do país e apesar de atender uma grande maioria de mulheres de classes majoritariamente inferiores, a emenda não foi aprovada (PINTO, 2003).

A Assembleia Constituinte foi um momento histórico para o Brasil, na qual houve um envolvimento da sociedade que extrapolou todos os limites tradicionais vividos pelo país até então. Esse envolvimento está expresso na Constituição Federal de 1988 e possibilitou um feito nunca antes alcançado, naquele momento a mulher passava a ter os direitos iguais aos homens. Isso mostra que o encontro da sociedade civil de maneira organizada com o Estado tem o poder para pressionar, limitar e modificar as leis e normas do país (MARQUES, 2014).

Com isso, a pergunta que surge é: O feminismo chegou ao fim com a virada do milênio? É incontestável que o feminismo que presenciamos na década de 80, caracterizado por reuniões, manifestações e documentos públicos, não é mais o mesmo. No entanto, não podemos afirmar que o movimento foi extinto. Na realidade, mais do que nunca, a questão das mulheres está sendo abordada, graças à separação entre o pensamento feminista e o movimento em si, além do surgimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) que profissionalizaram a causa. (MARQUES, 2014).

É importante ressaltar que tanto o pensamento feminista quanto o movimento feminista por meio de ONGs desempenham papéis complementares. Enquanto o pensamento feminista abrange uma perspectiva mais ampla e geral, o movimento através das organizações não governamentais se especializa em questões específicas (MARQUES, 2014).

Um fato é que hoje em dia piadas machistas, homofóbicas ou qualquer uma de cunho desrespeitoso não é mais tão aceito como era a pouco tempo atrás em ambientes tanto intelectualmente respeitados quanto em ciclos meramente sociais. Porém, se piadas foram deixadas de lado por mudanças sociais ou em pontos de vista, isso não tem importância, outro fato é que isso é resultado da forte militância dos movimentos sociais (MARQUES, 2014).

Essas mesmas mudanças podem ser percebidas em outros tipos de cenários nos quais a discriminação é acarretada em crime. A não legitimidade de discriminar os trabalhadores por gênero e sexo tem sido um avanço tremendo na história do movimento. É claro que ainda

existem atividades desse cunho, porém, está cada vez mais difícil de se manter pois em contrapartida, agora há a possibilidade de se realizar denúncias (PINTO, 2003).

Nesse contexto, nasce o feminismo difuso, ele não tem reuniões privadas, manifestações públicas, militantes ou organizações. Ele é um feminismo que é sustentado por homens e mulheres que não necessariamente se identificam com as pautas feministas. Também não se apresenta como uma relação estruturada de demandas, ele é caracterizado como uma espécie de doutrina e se apresenta em diversos cenários como campanhas eleitorais, quando uma pessoa que está se candidatando se preocupa com questões femininas, falas de influenciadores digitais, nas notícias, nas redes sociais. É um feminismo disfarçado de uma veia social que é politicamente correta (MARQUES, 2014).

No Brasil, o feminismo difuso tem desempenhado um papel importante na luta pela igualdade de gênero, que é fruto da conscientização sobre questões relacionadas à condição e aos direitos da mulher em sociedade. Caracterizado pela atuação granular e pela participação de mulheres alocadas em diferentes cenários sociais, tem forte contribuição para ampliação do debate e da mobilização em prol da equidade de gênero (MARQUES, 2014).

No entanto, desafios ainda persistem, como a necessidade de enfrentar a cultura machista arraigada, garantir a igualdade salarial e combater a discriminação e o assédio sexual. O feminismo difuso no Brasil tem se mostrado resiliente e progressista, impulsionando transformações sociais e inspirando mulheres de diversas gerações a lutarem por seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária (MARQUES, 2014).

Um fato é que não importa a classificação do feminismo e o período histórico no Brasil, ele desempenha um papel crucial na busca pela igualdade de gênero e na promoção dos direitos das mulheres. Ao longo das décadas, o movimento feminista tem ganhado força, abrindo caminho para importantes conquistas e transformações sociais. A luta por igualdade salarial, pela erradicação da violência de gênero, pelo acesso à saúde e educação de qualidade e pela representatividade política são apenas algumas das pautas que o feminismo brasileiro tem levantado incansavelmente (MARQUES, 2014).

Apesar dos desafios e obstáculos enfrentados, o movimento feminista continua a crescer, inspirando cada vez mais mulheres a se unirem e reivindicarem seus direitos. A importância do feminismo no Brasil não pode ser subestimada, pois ele tem o poder de moldar uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todas as pessoas, independentemente do gênero (MARQUES, 2014).

3 MÉTODO

Esse capítulo foi orientado pela pergunta de pesquisa - Como a desigualdade de gênero afeta o dia a dia das mulheres no mercado de trabalho? - e foi desenvolvido com o intuito de cumprir os propósitos gerais e específicos deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Nielsen, Olivo e Morilhas (2017) defendem que o conhecimento pode ser questionado a partir de realidades distintas do mundo, sejam de forma conceitual, natural ou humana. Ainda segundo os autores, os objetivos distintos são quem determinam as metodologias que podem ser utilizadas no estudo.

Com base nisso, neste presente trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa que é um tipo de pesquisa que tem o objetivo de explorar minuciosamente um fenômeno em estudo. Buscando fornecer respostas a perguntas que visam uma interpretação detalhada de um fenômeno em estudo, os componentes fundamentais desse tipo de pesquisa são vocabulário, conceitos e ideias. (NIELSEN; OLIVO; MORILHAS, 2017).

Quanto aos fins, esta é uma pesquisa descritiva e exploratória. Esse tipo de estudo busca investigar um tema ou problema de maneira ampla, com a intenção de obter maior familiaridade e entendimento sobre o assunto estudado, caracterizando situações, fenômenos ou eventos para identificar suas características marcantes ou diferenciadoras. Por meio dessa abordagem, busca-se obter uma compreensão detalhada dos elementos estudados, descrevendo-os de forma precisa e minuciosa (GIL, 2018).

Quanto aos meios, a princípio, a estratégia metodológica foi baseada em uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa é constituída com base em material previamente publicado. Convencionalmente, esse tipo de pesquisa abarca uma diversidade extensa de recursos impressos, tais como obras literárias, periódicos, periódicos, dissertações, teses e atas de conferências científicas (GIL, 2018).

A progressão lógica do estudo é influenciada por uma série de elementos, incluindo a essência da questão, o nível de familiaridade do investigador com o tema, o nível de exatidão almejado para a pesquisa, entre outros. A pesquisa bibliográfica teve o propósito de desenvolver o referencial teórico (GIL, 2018).

Seguidamente, foi feita uma pesquisa de campo que auxilia na estruturação dos fatos e na compreensão dos resultados. A pesquisa de campo se configura por uma exploração empírica conduzida no ambiente onde um fenômeno ocorre ou ocorreu, ou que possui elementos que permitem sua compreensão. Essa abordagem pode abranger entrevistas, questionários, testes e observação ativa ou passiva (VERGARA, 2016).

Para o levantamento de dados, foi feita uma entrevista semiestruturada. Essa ferramenta combina elementos de entrevistas estruturadas e não estruturadas, com temas formulados ou parcialmente formulados, permitindo ao entrevistador ajustar as perguntas. Isso proporciona controle na condução da pesquisa, ao mesmo tempo em que permite a obtenção de informações não planejada. (NIELSEN; OLIVO; MORILHAS, 2017).

Participaram como sujeitos da pesquisa mulheres/artesãs que integram a Feira de Artesanato promovida pela Secretaria da Mulher de uma cidade no interior de Pernambuco. As entrevistas foram realizadas no dia 12 de maio de 2023 durante a feira, com uma duração média de 15 minutos por entrevistada. A escolha das entrevistadas se deu de forma aleatória, incluindo as mulheres que aceitaram participar da pesquisa. No estudo qualitativo, o tamanho da amostra é menos relevante do que a representatividade e importância dos entrevistados para a compreensão do fenômeno estudado (NIELSEN; OLIVO; MORILHAS, 2017).

Foram entrevistadas 11 mulheres e, com a intenção de assegurar o anonimato das participantes, optou-se por não identificar as mulheres entrevistadas, a cidade do interior de Pernambuco e a feira. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Para análise do material transcrito foi aplicado o método de análise de conteúdo.

Para Gil (2018), a análise do conteúdo acontece de forma simultânea à coleta, ou seja, conforme os dados vão sendo coletados, eles já vão sendo comparados e classificados em categorias com base na sua similaridade. Portanto, chegou-se a conclusão sobre a percepção da desigualdade de gênero e dos temas relacionados à mulher na visão das entrevistadas.

Procurou-se, a partir desse momento, estabelecer uma conexão lógica que conferisse significações aos dados, estabelecendo inclusive correlações com as teorias e pesquisas apresentadas na fundamentação teórica.

Quanto às limitações de estudo, destaca-se o pouco tempo para aprofundamento da pesquisa, em função dos prazos acadêmicos a serem cumpridos.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa e a análise dos dados, com base no referencial teórico estudado.

4.1 Descrição da Feira de Artesanato

A pesquisa de campo foi realizada em uma Feira de Artesanato promovida mensalmente pela Secretaria da Mulher do Município em uma cidade no interior do estado de Pernambuco.

O objetivo da Feira de Artesanato é reunir somente mulheres com o propósito de realocá-las no mercado de trabalho ou oferecer uma oportunidade para a divulgação dos produtos para aquelas que já possuem algum tipo de negócio.

A Secretaria também oferece aulas de artesanato para aquelas que desejam aprender e tem o principal foco voltado para garantir segurança e oportunidade para mulheres que desejam ser inseridas no mercado de trabalho.

No dia da pesquisa a Feira aconteceu em uma praça localizada na principal via de comércio local e começou por volta das 16 horas do dia 12 de maio de 2023.

Na ocasião haviam 22 profissionais femininas, cada uma com um stand para expor seus produtos a serem comercializados. A precificação dos produtos e a escolha do que é exposto com fins comerciais se configura por uma escolha individualizada. Com isso, na ocasião havia uma enorme variedade de produtos com preços que variavam entre R\$ 10,00 (dez reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais).

4.2 Perfil das mulheres participantes da pesquisa

Das 22 profissionais participantes da Feira, 11 foram entrevistadas. Como mencionado no capítulo do Método, a escolha das entrevistadas se deu de forma aleatória pela participação espontânea, pela disponibilidade individual e pelo interesse em colaborar com o presente trabalho de conclusão de curso. Considerou-se também, a representatividade dessas mulheres para o fenômeno estudado.

É importante lembrar que, para preservar a identidade das entrevistadas, elas receberam nomes fictícios.

No Quadro 2, a seguir, é possível identificar o perfil das entrevistadas.

Quadro 2 - Perfil das entrevistadas

Nome Fictício	Idade
Marta	61
Cleide	44
Ana	56
Joana	63
Beatriz	40
Mariana	65
Heloísa	60
Clara	64
Sofia	41

Fonte: a autora

Na ocasião além das 11 mulheres entrevistadas também havia uma mulher responsável pela disposição dos stands e pela checagem da participação das expositoras, ela informou que também busca levar as mulheres da feira para eventos que acontecem dentro e fora da cidade com a intenção de divulgar a Feira e motivar a produção das artesãs. Na seção seguinte iremos entender na visão das entrevistadas, o que o trabalho representa para vida delas.

4.3 Igualdade e resistência: mulheres no mercado do artesanato e as lutas cotidianas

A entrada da mulher no mercado foi impulsionada pela industrialização, acompanhada da necessidade do mercado de ter cada vez mais mão de obra disponível que acompanhasse o mais novo ritmo acelerado de produção da indústria. Além disso, conforme ressalta Beauvoir (1980), é a partir do trabalho que a mulher está reduzindo a distância que a separa do homem, é a partir dele que a mulher consegue uma autonomia tangível.

Seguindo esse contexto, o trabalho pode abrir portas para mulheres e mudar a forma como elas são vistas socialmente além de trazer benefícios para a vida pessoal. Sobre o fato de ter ingressado na Feira e agora com a possibilidade de conhecer novos lugares, duas entrevistadas, Marta e Cleide, disseram que se sentem bem felizes pois foi a partir do trabalho que elas conseguiram encontrar uma motivação para sair de um quadro clínico de depressão, as entrevistadas relatam que:

Só de sair de casa eu já me sinto bem melhor, aqui a gente conversa, faz amizade, a gente janta, traz lanche, se junta e a cada mês a gente tá em um canto diferente, em uma cidade diferente, semana passada a gente tava no colégio das freiras e uma vez por mês a gente tá aqui [praça do centro da cidade] que foi o local que o prefeito deu para a gente para ficar fixo. (Marta, entrevista 12.05.2023, inserção nossa)

Eu sinto uma necessidade muito grande de ver pessoas [...] A gente se encontra e é um alívio para alma, isso aqui me tirou de uma depressão, eu tava muito em casa, eu tava com muitos pensamentos negativos e isso aqui é um alívio para a alma e eu sou feliz por isso, de ter participado. (Cleide, entrevista 12.05.2023)

Por outro lado, uma outra entrevistada, Ana, chama atenção para o fato de que algumas profissões ainda continuam sendo mais valorizadas que outras. Observou-se ainda, que o que Fawcett (2018) apontou no cenário pós Segunda Guerra Mundial, no século XX, parece ser ainda uma realidade. Nesse contexto do pós-guerra as únicas mulheres que eram valorizadas no mercado de trabalho eram as donas de comércio e que representavam algum benefício para a sociedade possuíam mais status.

As demais profissões eram menosprezadas pela sociedade e para as mulheres atuantes nessas, o único destino seria casar-se ou trabalhar em locais de bom status social (FAWCETT,2018). Ana relatou que quando comunicou a sua família e aos seus amigos que iria trabalhar na Feira foi questionada, conforme relato:

Muita gente me dizia assim: *Oxe, tu vai fazer o que ali menina? O trabalho de artesã não dá dinheiro não.* Só que eles acham que eu tô em busca de dinheiro, eu tô mesmo é em busca de me comunicar, de conversar, pronto, foi isso. (Ana, entrevista 12.05.2023)

Carmo (2015) ressalta que é importante ter uma mente consolidada e firme para criar seus próprios princípios, porque a fraqueza intelectual faz com que muitos homens gerem conclusões imperfeitas e estreitas e acabam chegando a conclusões incompletas, que parecem corretas, mas são baseadas em experiências limitadas e pontos de vista estreitos. Ironicamente, as conclusões imperfeitas e estreitas são frequentes e compreensíveis já que são pautadas em cima de experiências e pontos de vista que são justificados, ainda que limitados.

O patriarcalismo enraizado na sociedade que segundo Govan (2021) é sustentado pelo machismo e pelo sexismo, apoiado pela legitimação sexual, ou seja, a ideologia sexual. Essas retóricas patriarcais ratificam de forma hierárquica os homens e o masculino e as mulheres e o feminino em cada sociedade particular.

Isso representa paradigmas de convicções que especificam o que é inerente a cada gênero e, com isso, estipulam os privilégios, os territórios, as ações e os comportamentos próprios de cada sexo (GOVAN, 2021). A entrevistada Joana chama atenção sobre isso com o seu relato sobre a organização da feira e seu dia a dia:

[...] A gente passa para a sociedade masculina, a sociedade de modo geral, até mesmo para as mulheres machistas, que a gente é incapaz de realizar qualquer atividade. Diversas vezes já enfrentei situações de desigualdade, seja na direção, no trânsito e até mesmo aqui, quando a gente quer montar a estrutura da feira com os cavaletes de madeira que são pesados mas a gente suporta carregar, a gente não espera que os homens que estão aqui façam pra gente. As vezes eles têm a gentileza e fazem, mas eu sou muito prática e não espero. Na verdade, eu não espero por ninguém, nem homem e nem mulher. Mas, tem essa questão né: *é pesada, deixe que eu pego.* , As vezes isso não soa como uma gentileza, soa mais como: *isso é pesado, é serviço de homem.* Fica subentendido. Mas é isso, no dia a dia tem essas questões que mulher não dá conta disso e daquilo. (Joana, entrevista 12.05.2023)

Vale salientar que o sexismo não se trata de momentos pontuais de manifestação masculina, mas de uma ideologia que visa garantir a subordinação das mulheres e todos os métodos utilizados para que isso se perpetue pelas próximas gerações e séculos (CARMO,2015). Beatriz e Mariana falam sobre falta de oportunidades encontradas pela mulher no mercado de trabalho e das inúmeras dificuldades:

Principalmente em cidade de interior, as mulheres são vistas como insuficientes, como se a gente não pudesse fazer e cumprir cargos que hoje os homens cumprem. A gente aqui no interior de Pernambuco é muito apontada, se você é mãe solteira você é apontada, se você tenta empreender, você é apontada, até mesmo por outras mulheres. É incrível de falar isso, mas isso acontece muito. É uma coisa cultural que está enraizada nas pessoas, é uma coisa patriarcal que mulher foi feita para ser dona de casa, esposa. Eu acho que hoje, para mudar o futuro, tem que trabalhar isso nas crianças, na escola, na educação de base. (Beatriz, entrevistada 12.05.2023).

Sou artesã desde criança, quando eu tinha meus 12 anos, eu já sobrevivia do artesanato[...] A mulher que me ensinou a fazer o crochê foi a dona Maria José, eu me lembro, eu ia para lá só para ganhar comida. Lá em casa era fraquinho de comida, mas eu sabia que se eu fosse aprender crochê lá, a comida de lá era boa, aí eu ia. Eu aprendi crochê e até hoje eu faço tudo. Eu fazia capa de crochê até do ferro elétrico, de tudo, de liquidificador, mas saiu da moda. Depois veio a moda de roupa, eu fazia muita blusa, eu via várias senhoras indo para a igreja do lado do esposo, vestindo as roupas que eu fazia. A vida me levou para outros caminhos, eu esqueci o crochê. Fui trabalhar, eu já possuí empresa mas na vida de todo mundo tem altos e baixos e eu tive que fechar a empresa. (Mariana, entrevistada 12.05.202).

Ah [assentiu com firmeza] isso aí [desigualdade entre homem e mulher] acontece muito, na vida acontece muito e durante a minha vida, sim. Principalmente quando você tem vontade de ser líder, eu gosto de ser líder, eu gosto de ensinar, fiz magistério, sou professora e claro que a gente encontra muita barreira até de a gente se destacar em algum momento, com certeza. (Mariana, entrevistada 12.05.2023, inserção nossa).

Mariana ainda chama atenção para o fato de que a mulher pode ter outros destinos. Ela aconselha:

Não deixe de sonhar, eu acho que todo sonho tem direito de ser realizado ou até mudado, eu cresci com um sonho de ser uma prostituta porque eu fui criada em um lugar que as pessoas mais bonitas e a mais bem vestidas eram as prostitutas. Elas comiam bem, eu via os homens pagarem as coisas para elas. As pessoas têm que entender que existem outras opções e com o meu crescimento eu vi que aquilo não era a opção que eu queria [...] É uma responsabilidade dos pais, mostrar às crianças que existe outro horizonte e que por mais que seja pobre [...] tem algo mais, que pode se formar, não é porque uma criança é pobre, que não pode exercer uma profissão [...] Um casal que está de acordo na educação da criança, é uma família feliz. Claro que a gente cresce com a ideia da família perfeita e feliz e nem sempre é uma realidade, mas a gente não pode perder a esperança que aquilo existe de verdade, fora do papel. [...] Não é porque você não teve uma formação, que seu filho não pode ter. (Mariana, entrevistada 12.05.2023, inserção nossa).

Heloísa e Clara relatam as dificuldades encontradas por elas no mercado de trabalho e em fatos vividos e presenciados por elas:

Na minha geração era o que mais acontecia [desigualdade entre homem e mulher], eu nunca ganhei o mesmo salário do homem fazendo a mesma atividade. Quando eu fazia Administração eu sentia muita dificuldade para conseguir um estágio só porque eu era mulher. Eu me lembro que na época eu fui em grandes empresas e eles sempre davam preferência para os homens no curso de Administração. Vocês [as mulheres] vão ter que ser muito guerreiras porque eles pensam assim: *ah, eu vou colocar uma mulher para administrar homem?* Então, assim, uma empresa grande, que tem muitos homens [com o pensamento:] eu não vou querer receber ordem de mulher, ainda tem isso hoje em dia. (Heloísa, entrevistada 12.05.2023, inserção nossa).

Já presenciei alguns atos de violência, não só física, mas também psicológica. Já me senti inferiorizada, principalmente em determinados ambientes, quando você chega e as pessoas veem que você é uma artesã, uma costureira Você realmente se sente inferiorizada diante de certas profissões, mas eu tenho muito orgulho da minha. A inferiorização partiu tanto de homens quanto de outras mulheres. No mercado de trabalho há uma defasagem salarial da mulher para o homem. (Clara, entrevistada 12.05.2023).

Outra entrevistada, enxerga no trabalho um importante aliado emocional para as mulheres que foram vítimas de violência doméstica:

A mulher quando sofre violência, ela sai daquele relacionamento se sentindo perdida e ela pode encontrar no trabalho um apoio para poder ter sua renda. Uma mulher que tem a sua renda e que paga as suas contas e seus boletos, ela se sente muito mais valorizada, muito mais realizada. (Sofia, entrevista 12.05.2023, inserção nossa).

Para mudar essa realidade, algumas mulheres acreditam que a união feminina pode ser uma saída. Na próxima seção as respostas das entrevistadas serão abordadas sob essa perspectiva.

4.4 Desafios para o feminismo na igualdade de gênero

O feminismo no Brasil até a primeira década do século XXI foi sustentado por reuniões privadas, manifestações públicas, militantes ou organizações não governamentais. Com a ditadura e a opressão política, as mulheres tinham medo de expor suas ideias e serem relacionadas com terroristas. Por isso, durante a metade ao final do século XX ao começo do XXI, o movimento não foi sustentado apenas por pautas feministas, mas ele se apresentou como uma relação estruturada de demandas (MARQUES, 2014).

Nesse período o feminismo foi caracterizado como uma espécie de doutrina e se apresenta em diversos cenários como campanhas eleitorais, quando uma pessoa que está se candidatando se preocupa com questões femininas, falas de influenciadores digitais, nas notícias, nas redes sociais. É um feminismo disfarçado de uma veia social que é politicamente correta (MARQUES, 2014).

A participação da mulher na política e o aumento de políticas de conscientização pareceram ser uma saída viável para duas entrevistas:

Eu acredito que isso é possível [a igualdade de gênero], embora muitas vezes a gente ache que é impossível, é preciso muita conversa, conscientização, palestra, mais meios de proteger a mulher. Fizemos um abaixo assinado, a gente tá esperando a resposta da governadora, para criar uma delegacia da mulher aqui na cidade. Não é para intimidar os homens, é para mostrar que temos proteção, que temos direito, né? Acho que é por isso aí: mais divulgação, mais psicólogos para família [...] tudo isso ia ajudar mais, tanto pra homem quanto para mulher. (Mariana, entrevista 12.05.2023, inserção nossa).

Eu acho que a mulher na política iria fazer muita diferença, ainda é muito desigual na política. Nas leis, a gente tem juíza, tem muita gente lá em cima já, mas a desigualdade ainda é muito grande, se for olhar os senadores, os deputados, mulher ainda é muito inferior e ela lá dentro mesmo sofre

preconceito, então teria que a mulher *dar a sua cara a palmatória* e as outras também, como temos hoje governadora. (Beatriz, 12.05.2023, grifo nosso).

Outra entrevistada acredita que o problema está na dificuldade das pessoas de interpretarem as informações que são passadas nas propagandas de conscientização política e na falta de comprometimento e na responsabilidade dos meios de comunicação em fazer propagandas sobre questões relacionadas à mulher:

O que precisamos fazer é intensificar as informações. Nossa população é cheia de analfabetos funcionais, muitas pessoas leem as coisas mas não compreendem o que estão lendo. Então, se uma pessoa diz que é de uma forma, as pessoas acreditam porque têm muita dificuldade na interpretação da mensagem. Precisamos arrumar uma forma mais fácil, com uma linguagem mais simples, para compartilhar informação para que isso não aconteça. Nem sempre o que é passado na televisão é de fato a realidade, por exemplo, a camisinha, tem propaganda na tv que a camisinha é apenas para prevenir a gravidez, mas não, a camisinha também ajuda a prevenir DSTs mas as mulheres não sabem disso. (Sofia, entrevista 12.05.2023, inserção nossa).

Outra mulher entrevistada acredita que o problema da mulher é exclusivamente dela, seguindo o feminismo altamente conservador e bem institucionalista de Bertha Lutz que faz com que o foco principal do feminismo perca o sentido (PINTO, 2003). Outro fato é que o homem, por deter mais prestígios e privilégios sociais, motiva a mulher a querer satisfazê-lo e logo faz com que se sintam submissas a ele (FRIEDAN,2021).

Acompanhado a esse status, as mulheres deixam de se reconhecer como realmente são e aceitam a definição que o homem atribui a elas. Por causa disso, é fundamental compreender o que o homem espera que a mulher seja porque isso é uma ferramenta principal na vida de todas as mulheres (FRIEDAN,2021). Ela aponta que para atingir a igualdade de gênero, as mulheres precisam aprender a educar seus filhos:

Mudando a educação que vem de casa, não é no colégio, precisamos saber educar as crianças, dizer que não pode discriminar ninguém. Mudar a forma como nós ensinamos nossos filhos. Antigamente o ensino era bruto, rude, hoje em dia não, somos mais livres, disponíveis [...]Eu acho assim, que a gente tem que apontar menos o dedo para a vida do outro, procurar ajudar o máximo e não julgar porque eu acho que temos nossas razões. Temos que perdoar porque um mundo sem perdão não sobrevive. (Mariana, 12.05.2023).

Ainda seguindo esse contexto conservador, no Brasil colônia, a educação da época estava nas mãos da igreja Católica e o esforço para fazer com que a mulher nunca saísse desse cenário de submissão era um dos motivos que unia o homem à igreja (TELES, 1993).

A exemplo disso, um dos ensinamentos de Santo Ambrósio deixados no século IV e que repercutiu na sociedade da época, é que Adão só pecou por causa de Eva e que por isso, a mulher deveria se manter submissa pois a presença da mulher levava o homem a tomar decisões erradas que colocaram em risco o rumo da sociedade (TELES, 1993). Esse pensamento se refletiu na resposta de uma entrevistada juntamente com os acontecimentos históricos dos séculos sucessores:

Eu acho mesmo que a religião fale que o homem é superior, não é que ele seja superior, ele é o dono da casa, ele é responsável pela família. Só que com o passar do tempo, né, a mulher foi conseguindo se firmar até porque as vezes ela era obrigada, o casamento não dava certo, ela ficava com os filhos e ela era obrigada a trabalhar, a guerilhar para conseguir suas coisas. Então, se eu fosse imaginar um mundo ideal, seria assim: ninguém superior a ninguém. Um ajuda o outro e a vida seria mais leve. (Joana, entrevista 12.05.2023).

Apesar das respostas terem comprovado que o que somos é reflexo dos fatos históricos que nos antecederam, para que a mulher alcance a equidade, é fundamental que sejam implementadas ações abrangentes em diversas áreas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo estudar os impactos do feminismo na luta pela igualdade de gênero e como os efeitos da desigualdade afetam o dia a dia das mulheres no mercado de trabalho.

Ser mulher é um verdadeiro desafio, ao passo que para muitas é mais confortável aceitar as condições que são impostas socialmente ao fato de ser mulher e para outras, é imprescindível lutar para mudar a realidade. Muitas conquistas foram alcançadas desde que o nome “feminismo” apareceu pela primeira vez em um jornal britânico no século XVIII, mas ainda há muito a ser feito.

É fato que no Brasil, o feminismo apareceu de uma forma conservadora e tímida, enquanto no exterior de maneira geral, o feminismo encontrava-se em vias de inovação abertas para uma grande mudança comportamental.

Compreender a realidade das mulheres no mercado de trabalho é fundamental para abordar as questões de gênero e desigualdade no contexto brasileiro. O movimento feminista, historicamente político e conservador no país, tem desempenhado um papel significativo na luta por direitos e igualdade. Nesse contexto, a feira de artesanato onde ocorreram as entrevistas revela-se como um ambiente propício para incentivar e motivar mulheres que desejam ingressar, mesmo que de forma informal, no mercado de trabalho.

As respostas das entrevistadas, obtidas durante a pesquisa, refletem a influência do movimento feminista brasileiro. Evidencia-se a necessidade de superar os estereótipos de gênero e os obstáculos enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho. As entrevistadas relataram experiências de desigualdade e discriminação, seja no trânsito, na direção, ou mesmo na montagem da estrutura da feira de artesanato.

É inegável que as mulheres ainda enfrentam desafios para alcançar a igualdade de gênero. O movimento feminista desempenha um papel crucial na desconstrução dos preconceitos arraigados na sociedade, tanto no âmbito das relações pessoais como nas esferas profissionais. É necessário continuar promovendo a conscientização e o empoderamento feminino, combatendo as disparidades salariais, as limitações de acesso a cargos de liderança e as práticas discriminatórias.

A busca pela igualdade de gênero não é uma tarefa simples, mas é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. As ações devem abranger tanto o âmbito individual, com a desconstrução de padrões e estereótipos de gênero, quanto o âmbito coletivo, por meio de políticas públicas e ações afirmativas que promovam a equidade.

Além disso, é importante envolver os homens nesse processo, buscando a desconstrução de comportamentos machistas e promovendo a parceria e a colaboração entre gêneros. A igualdade de gênero não deve ser vista como uma ameaça, mas sim como um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Ainda há muito a ser feito para atingir a igualdade de gênero no mercado de trabalho e em todas as esferas da sociedade. É necessário fortalecer as políticas de igualdade, investir na educação e conscientização, além de promover a criação de ambientes de trabalho mais inclusivos e igualitários. Somente com esforços contínuos e coletivos poderemos alcançar uma realidade em que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades e direitos.

Portanto, é imprescindível que se promova uma mudança cultural e estrutural para que a igualdade de gênero seja uma realidade concreta. A participação ativa de todos os segmentos da sociedade, incluindo governos, empresas, instituições educacionais e a própria sociedade civil, é essencial para transformar essa visão em ações efetivas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria. Nosotras: **Feminismo Latino-americano em Paris**. Rev. Estudo. Fem. 21 (2). Sielo, 2013.
- ADICHIE, Chimamanda. **Sejamos Todos Feministas**. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2015.
- BATES, LAURA. **Everyday Sexism: The Project That Inspired a Worldwide Movement**. Editora Thomas Dunne Book for St. Martin's Griffin. Estados Unidos, 2016.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEZERRA, Juliana. **Feminismo no Brasil. Toda Matéria**, [S.l.], 20 set. 2021. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/>. Acesso em: 27 maio 2023.
- BEECHER, Catharine. **The Complexity of Gender in Nineteenth-Century America**. Routledge. Reino Unido, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2019.
- BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 21 de fev de 2023
- BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 28 de Maio de 2023
- BRASIL. **Lei nº 2.65, de data de publicação**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 27 de Maio
- BRITTAIN, Vera. **Testamento de Juventude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CORNELL, Drucilla. **At the Heart of Freedom: Feminism, Sex, And Equality**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- CONDORCET, Nicolás. **Condorcet: Revolución Americana: Recomendación a los españoles**. Naturaleza de los poderes políticos. Editora Pireo. São Paulo, 2020.
- CORDEIRO, Ana Emília. **Escolarização e Analfabetismo No Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande Do Norte (1890-1930)**. PUC Goiás, 2005.
- COSTA, Luciano. **A era do capital: 1848 - 1875**. Editora Paz & Terra. Rio de Janeiro, 2012.
- FAWCETT, Milicent. **The Women's Victory and After: Personal Reminiscences 1911-1918**. Ebook, 2018.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: é Mais Fácil Imaginar o fim do Mundo do que o fim do Capitalismo?** Editora Autonomia Literária. Brasil, 2020.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1971.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GARCIA, Carla. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Leya, 2018.

GARCIA, Mariana. **Veja Quais Os Melhores e os Piores Países para ser Mulher Nos Quesitos Inclusão, Justiça e Segurança**. G1 Globo, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/veja-quais-os-melhores-e-os-piores-paises-para-ser-mulher-nos-quesitos-inclusao-justica-e-seguranca.ghtml>> Acesso em: 21 de fev de 2023

GIUNTA, Andrea. **Feminismo y arte latinoamericano: Historias de artistas que emanciparon el cuerpo (Arte y pensamiento)**. Siglo XXI Editores. México, 2019.

GRIMSHAW, Patricia. **Women's Suffrage in New Zealand**. Reino Unido: Oxford University Press, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOVAN, Ilsa. **What's Up with White Women?: Unpacking Sexism and White Privilege in Pursuit of Racial Justice**. Editora New Society Publisher. Canadá, 2021.

MADRIGAL, Alexis. **Perspectiva Histórica dos Direitos da Mulher e a Igualdade entre Gêneros no Brasil**. Jus Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/perspectiva-historica-dos-direitos-da-mulher-e-a-igualdade-de-entre-generos-no-brasil/454961837>> Acesso em: 21 de fev de 2023

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PARKER, Dorothy. **Modern Woman: A Lost Sex**. New York: Viking Press, 1928.

MALHEIROS, Agostinho. **A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico-Jurídico-Social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1867. vol.2. 169 p. ISBN: 978-85-7982-073-1. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174437>>

MARTINS, Paulo. **Clássico do Feminismo é Relançado e Reacende Debates**. Diário de Pernambuco, 20 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2016/03/classico-do-feminismo-e-relancado-e-reacende-debates.html>> Acesso em: 27 maio de 2023.

MILL, Stuart. **A Sujeição das Mulheres**. Editora Lafonte. São Paulo, 2020.

MILLET, Kate. **Política Sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

MCMILLEN, Sally. **Seneca Falls and the Origins of the Women's Rights Movement (Pivotal Moments in American History)**. Editora Oxford University Press. Reino Unido, 2009.

MOTTA, Flávio. **A Escravidão Brasileira a Época da Independência**. Revista USP • São Paulo • n. 132, 2022.

NIELSEN, F. A. G; OLIVO, R. O.; MORTILHAS, L. J. **Guia prático para elaboração de monografias, dissertações e teses em administração**. São Paulo: Saraiva, 2017.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PARAIZO, Adriano. **As Biografias de Chiquinha Gonzaga: Uma Leitura Crítica**. Faculdade Estácio, 2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Relação entre industrialização e urbanização**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/relacao-entre-industrializacao-urbanizacao.htm>> Acesso em 16 de maio de 2023.

PEREIRA, Karla. **Luta das mulheres na ditadura militar e a urgência de rechaçar o feminismo liberal hoje**. Esquerda Online, [S.l.], 30 mar. 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/03/30/luta-das-mulheres-na-ditadura-militar-e-a-urgencia-de-rechacar-o-feminismo-liberal-hoje/#:~:text=O%20feminismo%20no%20Brasil%20ganhou,N%C3%A3o%20%C3%A9%20assim.>>> Acesso em: 28 de maio de 2023

PEREIRA, Izabele. **Ditadura militar: o dia que durou 21 anos**. Rádio UNIFAP, [S.l.], data de publicação não especificada. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/radio/ditadura-militar-o-dia-que-durou-21-anos/>> Acesso em: 27 de maio de 2023.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e a História**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PINTO, Celi. **Uma História do Feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

PIMENTA, Fabrícia. **Políticas Feministas e os Feminismos na Política: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)**. Brasília, 2010

RIBEIRO, Antonio. **A Mulher e o Voto**. São Paulo, 2012.

ROCHA, Lucas. **Da Utopia Fourierista aos Princípios de Economia Solidária: Interfaces entre o Passado e o Presente**.

ROCHA L. C. S., ARAÚJO, G. E. F. de, Pelogio, E. A., PAIVA, J. A. de, & ANÊZ, M. E. M. (2013). **Da Utopia Fourierista aos Princípios de Economia Solidária: Interfaces entre o Passado e o Presente**. *HOLOS*, 2, 96–114. Disponível em: <<https://doi.org/10.15628/holos.2013.982>> Acesso em: 16 de maio de 2023.

SELLERA, Luiza. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. Editora Cultrix. São Paulo, 2016.

STEINEM, Gloria. **Outrageous Acts and Everyday Rebellions**. New York: Holt Rinehart and Winston, 1983.

STEFANEL, Xandra. **Obra que Resgata um dos Documentos que Fundou o Feminismo é Lançada com Debate.** Brasil de Fato, 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/04/19/obra-que-resgata-um-dos-documentos-que-fundou-o-feminismo-e-lancada-com-debate>> Acesso em: 03 de maio de 2023

SOUZA-LOBO. **A Classe Operária tem Dois Sexos.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.

TETRAULT, Lisa. **The Myth of Seneca Falls: Memory and the Women's Suffrage Movement, 1848-1898 (Gender and American Culture).** Editora The University of North Carolina Press. Estados Unidos, 2014.

TELES, Maria. **Uma Breve História do Feminismo no Brasil.** Editora Brasiliense. São Paulo, 1993.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 16ª edição. São Paulo. Grupo GEN, 2016

WEISS, Louise. **Mulheres no Século XX.** São Paulo: Tavares Martins, 1930.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos das Mulheres: O Primeiro Grito Feminista.** Edição Especial. Editora Edipro. São Paulo, 2015.

GOUGES, Olympe. **Avante, Mulheres!: Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e Outros Textos.** Edição Especial. Editora Edipro. São Paulo, 2020.

WOLLSTONE, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher.** São Paulo: Boitempo, 2016.

APÊNDICE A - GUIA DE ENTREVISTA

- 1- Para começar, queria que você se apresentasse: me fala seu nome e sua idade.
- 2- Como conheceu a feira de artesanato e por que decidiu fazer parte?
- 3- Como estar no mercado de trabalho impactou sua vida na época e como impacta hoje?
- 4- Enquanto mulher, você já se sentiu inferiorizada no trabalho pelo fato de ser uma mulher? Pode me dar detalhes, se sentir confortável?
- 5- Sente que essa mesma situação se repete fora do ambiente de trabalho?
- 6- Acredita que o seu trabalho ajudou a melhorar essas questões na sua vida? De que forma?
- 7- Sabemos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que haja uma equidade, de fato, no mercado. Na sua opinião, o que podemos fazer enquanto mulheres?
- 8- O que pode ser um diferencial para que essa equidade seja uma realidade hoje? Ou pelo menos, o que você queria que fosse realidade hoje?
- 9- Algo mais que queira acrescentar antes de finalizarmos?